



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

ter?a-feira, 25 de maio de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

FALTA UMA SEMANA PARA PARTICIPAR DO SORTEIO DO MILHÃO DA NOTA PREMIADA

O prazo para participar da premiação especial termina no dia 31 de maio. Concorrem no sorteio do milhão participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e o final de maio.

Ascom Sefaz , Salvador | 24/05/2021 às 13:18

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a Nota Premiada Bahia vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho, que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da Nota Premiada Bahia e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. "Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe", comentou a seguidora @meirebrito10. "Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor", respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da Nota Premiada Bahia, em "Sorteios" => "Relação de Ganhadores", e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Última semana para participar do sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a **Nota Premiada Bahia** vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho, que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da **Nota Premiada Bahia** e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. 'Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe', comentou a seguidora @meirebrito10. 'Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor', respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores', e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora

do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Última semana para participar do sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a **Nota Premiada Bahia** vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho,

que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da **Nota Premiada Bahia** e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. 'Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe', comentou a seguidora @meirebritto10. 'Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor', respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores', e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Falta uma semana para participar do sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação do Diário

O prazo para participar da premiação especial termina no dia 31 de maio. Concorrem no sorteio do milhão participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e o final de maio.

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a **Nota Premiada Bahia** vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho, que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da **Nota Premiada Bahia** e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. 'Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe', comentou a seguidora @meirebrito10. 'Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor', respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores', e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** para compartilhar

as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

O post Falta uma semana para participar do sorteio do milhão da **Nota Premiada Bahia** apareceu primeiro em Diário Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Última semana para participar do sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a **Nota Premiada Bahia** vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho, que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da **Nota Premiada Bahia** e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. 'Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe', comentou a seguidora @meirebrito10. 'Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor', respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da **Nota Premiada Bahia**, em 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores', e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora

do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/05/2021	



Última semana para participar do sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia

24 maio 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os consumidores baianos têm apenas mais uma semana para realizar compras com o CPF na nota fiscal e concorrer ao prêmio de R\$ 1 milhão que a Nota Premiada Bahia vai sortear no dia 30 de junho, contemplando um único ganhador. Concorrem neste sorteio especial os participantes que tiverem realizado compras com o CPF na nota entre março de 2019 e 31 de maio. Quem ainda não está participando da campanha também tem até a próxima segunda-feira (31) para se cadastrar no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF na nota para concorrer ao prêmio milionário.

O próximo dia 31 também é o prazo final para incluir o CPF na nota e concorrer no sorteio regular de junho, que será realizado no dia 17, distribuindo R\$ 1 milhão de reais entre 91 participantes: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Neste caso, concorrem apenas as notas registradas em maio.

Nas redes sociais, os seguidores da Nota Premiada Bahia e dos perfis oficiais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, estão em contagem regressiva para a chegada do sorteio. Alguns já fazem planos para utilizar o valor do prêmio caso fossem os contemplados. “Faria muitas coisas, e uma delas seria comprar uma casa linda para minha mãe”, comentou a seguidora @meirebritto10. “Investiria meu 1 milhão e em pouco tempo teria o dobro deste valor”, respondeu o seguidor @caio.farias.

Os resultados dos sorteios regular e especial serão publicados no site da Nota Premiada Bahia, em “Sorteios” => “Relação de Ganhadores”, e nas redes sociais da Sefaz-Ba: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefaz.govba no Facebook e @sefazba no Twitter.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade para compartilhar as suas notas eletrônicas. Uma instituição deve ser da área social, e outra da área de saúde.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 597 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje totalizam 527. Desde 2018, a

campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse deve acontecer nos próximos dias, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Tesouro melhora nota de risco de 5 Estados

Melhora abre possibilidade de contratar empréstimo com aval do órgão para MS, PE, BA, PI e MT

Por Fabio Graner — De Brasília

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Tesouro Nacional elevou a classificação de risco (Capag) de cinco Estados nos últimos dias. Embora ainda não tenha havido divulgação formal, os beneficiados - Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Piauí e Mato Grosso - já foram informados.

Os quatro primeiros tiveram elevação de C para B, enquanto o último conseguiu subir dois degraus, passando C para A. Com notas maiores, que indicam melhor situação de solvência fiscal, os entes ficam habilitados a tomar empréstimo com aval do Tesouro.

A elevação das notas dos cinco ocorreu antecipadamente porque eles apresentaram ao órgão central pedido de antecipação do cálculo da Capag, normalmente divulgado entre julho e agosto. Para tanto, eles anteciparam o envio de seus demonstrativos de contas anuais e dos seus balanços.

O governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, disse ao **Valor** que pela primeira vez na história o Estado cumpriu as seis metas do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) determinados pelo Tesouro. Com a melhora, explica, as contas locais ficaram em 54,3% da receita, abaixo do limite prudencial de gastos de pessoal e do estabelecido como meta pelo Tesouro.

Azambuja avalia se vai tomar algum empréstimo, já que, segundo ele, o espaço fiscal aberto foi de R\$ 1,3 bilhão. O governador disse estar ponderando esperar para conseguir também colocar o nível de endividamento do Estado no nível que permite a classificação A. De acordo com ele, esse indicador está muito próximo do nível de 66%, que permitiria nota maior.

Segundo ele, o Estado tem sido beneficiado sim pela melhora nas receitas, principalmente decorrente da alta de commodities, mas fez seu ajuste no lado das despesas, com duas reformas da Previdência, além de outras mudanças fiscais e administrativas. “A gente resgatou a questão fiscal do Estado. Saímos de uma nota D para em oito anos recuperar a capacidade de equilíbrio fiscal”, salientou

Azambuja, destacando que, mesmo com o ajuste, o Estado tem sido o que proporcionalmente mais investe.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, afirmou em entrevista coletiva que a nota máxima vai dar mais crédito e melhor visibilidade para aumentar o portfólio de investimentos públicos estaduais. Uma das alternativas com o posto na “elite da gestão fiscal” é melhorar o mix do funding (fonte) de financiamento, hoje altamente dependente de recursos próprios.

Relatou, no entanto, que a dependência de aplicação de recursos próprios deve diminuir nos próximos anos. “Vamos continuar buscando financiamentos para aumentar os investimentos em proporções que eram 90% recursos próprios e 10% operações de crédito, vamos procurar ao menos 50% de cada um”, afirmou.

Os demais Estados estão ainda em revisão pelo Tesouro. Um dos que esperam melhorar sua nota, hoje em B, é o Pará. Recentemente, o governador Helder Barbalho destacou ao **Valor** que o Estado tem nos últimos anos tomado medidas para melhorar a posição fiscal. “Todos os números que apresentamos apontam que podemos chegar em Capag A”, disse.

Ele destacou que a posição mais forte do ente, a partir de medidas como reforma da Previdência e redução do custeio com pessoal, tem ajudado também em melhor condição para tomar medidas para combater a pandemia. Para chegar na nota máxima, o Pará precisa melhorar sua posição na relação entre despesas e receitas.

Enquanto alguns Estados estão em melhora fiscal, outros ainda vivem em situação dramática. É o caso de Goiás, com nota C, mas que, diante das fragilidades, conseguiu no STF garantir a entrada no Regime de Recuperação Fiscal, espécie de lei de falência dos Estados. Com isso, o governador Ronaldo Caiado poderá interromper o pagamento de dívidas e ter algum espaço para honrar outras despesas. **(Colaborou Rafael Wallendorf)**

Fechado acordo para reforma tributária

Senadores analisarão PEC da unificação do ICMS e ISS no IVA e novo Refis e deputados, a criação da CBS

Por Renan Truffi e Raphael Di Cunto — De Brasília

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo e a cúpula do Congresso Nacional fecharam ontem um acordo sobre o fatiamento da reforma tributária. Pelo desenho final, os senadores ficarão responsáveis por analisar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que tratará da unificação do ICMS e ISS, num imposto sobre valor agregado (IVA), e o novo Refis. Já a Câmara dos Deputados irá apreciar a criação da CBS, com a unificação apenas de PIS/Cofins, e as mudanças no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A definição saiu após encontro, no fim da tarde, entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes. “No encontro de hoje, tivemos um consenso de que a reforma tributária é fundamental, urgente e precisamos simplificar o sistema de arrecadação, mas sem gerar aumento de carga tributária aos contribuintes brasileiros”, disse Pacheco.

Em seguida, ele explicou a divisão entre as duas Casas. “Parte disso [reforma tributária] será da incumbência do Senado Federal, inclusive, a discussão constitucional. Caberá ao Senado tramitar com a reforma constitucional em matéria tributária, assim como também o novo Refis. A Câmara dos Deputados ficará incumbida de uma série de projetos de iniciativa do Poder Executivo, que discutam a base do Imposto de Renda, de IPI, PIS e Cofins”, complementou.

Pacheco também afirmou que tanto a Câmara quanto o Senado estão “devidamente alinhados” com a equipe econômica. “Há uma comunhão de esforços entre as duas Casas, devidamente alinhadas com o Poder Executivo, para que possa haver a mais ampla possível reforma tributária no Brasil”, finalizou. O acordo encerra a disputa entre Pacheco e Lira, que vinham divergindo publicamente e nos bastidores sobre os rumos da matéria.

De acordo com uma fonte, ao se debruçar sobre a PEC, o Senado deve aproveitar boa parte do texto apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) junto à

comissão mista da reforma tributária. O parecer foi um dos focos de desentendimento entre Câmara e Senado. Isso porque Arthur Lira tentou extinguir a comissão antes da conclusão das negociações. Lira argumentou, na época, que o colegiado teria extrapolado seu prazo de sessões. Pacheco, no entanto, criticou o encaminhamento.

Na prática, a Câmara vai focar na parcela que envolve a reforma do PIS/Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A proposta foi enviada pelo Executivo no ano passado e está parada desde então. Outra proposta feita pelo Executivo que estará a cargo dos deputados é a reforma do IPI. Isso porque o governo federal quer transformá-lo em um imposto seletivo.

Com o acordo, Pacheco poderá capitanear o chamado “passaporte tributário”, como está sendo chamado o novo programa de renegociação de dívidas tributárias (Refis). A ideia é que esse projeto ofereça melhores condições do que aquele editado em 2017 e fique limitado aos setores da economia que foram mais afetados pela pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em dezembro

MERCEDES-BENZ VANS

Toyota tenta pautar setor na reforma tributária

É o momento do país criar as condições para a chegada dos carros elétricos

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Chang, presidente da Toyota, alerta que o país precisa se adequar ao novo momento: "A indústria precisa muito de escala, cada vez mais os países estão conectados" — Foto: Sílvia Costanti/Valor

Após finalizar um ciclo de investimentos com lançamento do segundo carro híbrido flex (que também utiliza etanol) produzido no país, o Corolla Cross, a empresa aguarda o desenrolar da reforma para decidir os próximos aportes. Só o novo modelo consumiu R\$ 1 bilhão de investimento. Ele conta que o real desvalorizado ajudou as exportações e que a demanda está maior que a oferta, mas criou um problema: o acúmulo de créditos de ICMS. “Muitas vezes a empresa matriz olha para nós e fala: acreditamos no Brasil, mas o dinheiro para investimento está ficando pelo caminho”, afirmou. Confira os principais trechos da entrevista.

“

O pior que poderia acontecer é o Brasil ficar fora do movimento global. A indústria precisa muito de escala”

Valor: *Como vocês têm visto a reforma tributária discutida?*

Rafael Chang: Temos que olhar muito o que está acontecendo no mundo, qual deve ser a política automotiva. Por exemplo, hoje existe uma diferenciação de IPI referente a cilindragem dos motores. Será que deveria continuar nessa linha ou olhar um pouco mais a movimentação forte que está acontecendo para carros de carbono neutro e o processo de eletrificação da indústria?

Valor: *A Toyota está defendendo a criação de um “imposto verde”?*

Chang: Sim. Não sei se chamaria de imposto verde, mas é criar política automotiva que promova o desenvolvimento da indústria e do país nessa direção.

Valor: *A proposta seria reduzir o imposto para quem atender a critérios de sustentabilidade ou taxar mais quem poluir mais...*

Chang: Exatamente. O mecanismo podemos discutir, mas o pior que poderia acontecer é ficar fora do movimento global. A indústria precisa muito de escala, cada vez mais os países estão conectados. Entre nossas iniciativas [da Toyota] está o compromisso mundial de até 2050 zerar nossas emissões e até 2030 ter todo nosso portfólio com uma versão eletrificada. Imagina que todo o mundo começa a produzir carros mais eletrificados e o Brasil fica com carros de combustão. Não será uma transformação do dia para a noite, mas entendendo que você pode criar os mecanismos e as ferramentas.

Valor: *O governo federal está entendendo esse cenário?*

Chang: Da política automotiva, eu acho que sim.

Valor: *A Toyota tem incentivo para carros elétricos baseado em IPI Há preocupação que, na reforma, esse incentivo desapareça?*

Chang: Tem essa diferenciação no IPI, mas que ainda não está sendo efetiva, começará no ano que vem dentro do Rota 2030. Mas não [preocupa]. A PEC pode ser uma ferramenta, primeiro, para olhar os incentivos que já tiveram implementação, e, olhando para o futuro, sobre como deveria ser a estrutura

tributária que promoverá essa política de desenvolvimento industrial, como criar um cenário que seja bom para todos dessa cadeia.

“

Parte de fazer o planejamento passa por entender esse ciclo político, essas flutuações”

Valor: *Se a reforma deixar de fora o ICMS, como defende o ministro da Economia, ela será eficaz?*

Chang: O que acontece com o ICMS é a guerra fiscal. A diferenciação que existe entre os Estados cria distorções, com preços diferenciados e o acúmulo também de ICMS. No nosso caso, estamos exportando mais e continuamos acumulando ICMS, que é caixa para as empresas, mas não conseguimos abater. Então muitas vezes a empresa matriz olha para nós e fala: acreditamos no Brasil, queremos continuar investindo, mas o dinheiro para investimento está ficando pelo caminho, acumulando em créditos.

Valor: *Como estão as conversas para recuperação desses créditos?*

Chang: Estamos falando muito com o governo estadual [de São Paulo] para procurar algum mecanismo de como recuperar progressivamente os créditos. Por enquanto ainda não temos solução. Entendemos que é difícil, sobretudo pela pandemia, mas temos que encontrar uma saída.

Valor: *O real desvalorizado facilitou as exportações ou encareceu, já que parte do carro é importada?*

Chang: Com a exposição ao câmbio, só tem dois caminhos: ou exporta mais ou localiza mais. Temos índice de nacionalização entre 60% e 70%, então temos exposição ao câmbio de 30%. Exportar mais resolve o problema do câmbio, mas cria outro, de acúmulo de créditos de ICMS. O câmbio nesse nível facilita a exportação, mas a nossa operação não pode depender disso, do câmbio estar caro ou estar barato. Devido a pandemia, outro fator que afeta os custos é a falta de

matérias-primas, o preço do aço subiu e houve falta de microchips, que graças a Deus pelo nosso sistema de planejamento teve impacto mínimo para nós.

Valor: *Quando vocês acham que o impacto dos preços melhorará?*

Chang: Acho que no segundo semestre vai se regularizar.

Valor: *As vendas já se recuperaram do impacto da pandemia?*

Chang: No começo tivemos três ou quatro meses com tudo fechado, mas a recuperação foi muito mais rápida do que esperávamos. Se olhar o nível de oferta e de produção, estão faltando carros agora, é um problema geral da indústria. Lançamos o novo modelo da Hilux no fim do ano e está com fila de quatro a seis meses. Obviamente quando troca de modelo tem demanda grande, mas as pick-ups estão com vendas muito fortes por causa do agronegócio. Em março lançamos o novo Corolla Cross, os primeiros híbridos flex do mundo, e também está com fila.

Valor: *Qual foi a ideia de criar um carro elétrico flex, a etanol?*

Chang: Esse processo de eletrificação tem a ver com dois ou três fatores. Primeiro, infraestrutura de carregamento: o país ainda não tem e precisará de muito investimento para chegar a esse nível. Segundo, a matriz energética, e claramente o Brasil tem uma das mais limpas, combinada com o etanol. Terceiro, precisa ser prático para o cliente. Se você traz tecnologia que não tem infraestrutura, deixa de ser prático, por isso essa solução no Brasil.

Valor: *O governo está prestes a privatizar a Eletrobras, principal empresa do setor energético. Preocupa vocês que esses investimentos em infraestrutura, para abastecimento de carros elétricos, podem depender da iniciativa privada?*

Chang: Se isso [privatização] traz mais eficiência, mais competitividade, mais vantagens para os consumidores, que bom. Esse tem que ser o espírito desse processo. As empresas que vão se tornar privadas vão depender de uma política pública. Esse alinhamento da política pública, que vai impactar na indústria de energia e automotiva, tem que estar alinhada [com o governo], e ao final também é

o mercado que vai determinar muito essa direção que cada empresa vai virar. Se demandar certo tipo de produtos, nós como empresas temos que nos adequar.

Valor: *Vocês têm novos planos de investimento ou vão esperar o fim da pandemia para decidir?*

Chang: Finalizamos um ciclo com o lançamento desse Corolla Cross e estamos em avaliação do próximo ciclo. A questão da pandemia não tem muito a ver. Estamos olhando essas condições de isonomia, da reforma tributária que vai chegar, dessa sustentabilidade, de previsibilidade das regras do jogo, e paralelamente temos que fazer nossa tarefa de casa de redução de custos e intensificar o índice de produção local.

Valor: *Essa decisão vai aguardar o desfecho da reforma tributária?*

Chang: Estamos olhando muito de perto essas conversas. Sabemos que não podemos esperar até uma definição, ninguém sabe quando a reforma vai ser aprovada, mas você tem mais ou menos um entendimento, ouvindo as conversas com os parlamentares e o governo federal, e sobre isso vamos tomar nossa decisão.

Valor: *Em 2022 tem eleição. Preocupa que isso atrase mais?*

Chang: Vamos ver. Se fosse até o fim do ano, melhor. Parte de fazer o planejamento passa por entender esse ciclo político, essas flutuações, e a partir daí avaliar essas discussões, prever um pouquinho e tomar as decisões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

ICMS sobre combustível divide Estados e postos

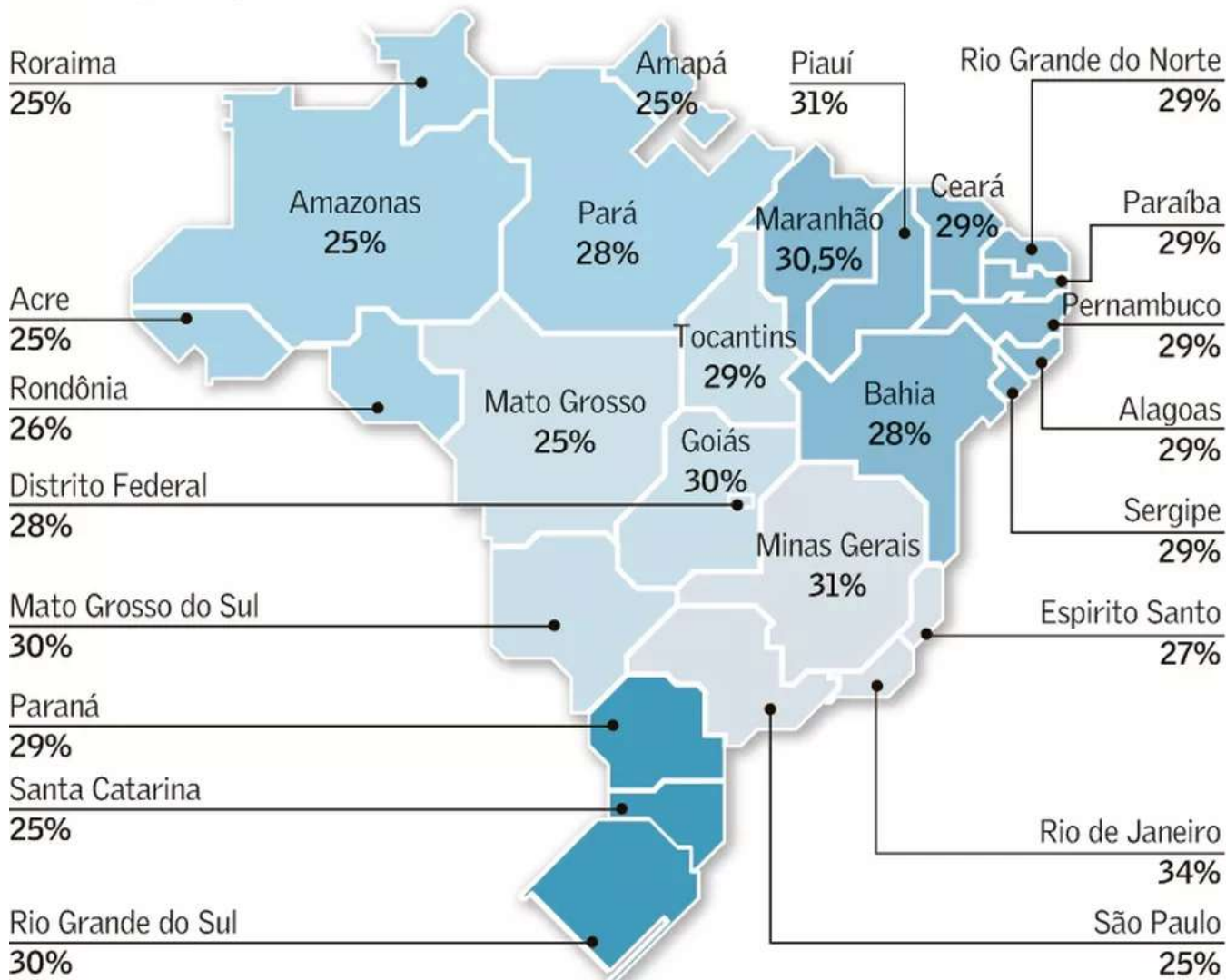
Especialistas defendem debate mais amplo sobre objetivo de combater variações intensas dos preços

Por Marta Watanabe — De São Paulo

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Alíquotas variadas

ICMS sobre gasolina C - em %



■ Diesel na bomba

Composição do preço - em %

12,1

Custo Biodiesel

11,90

Distribuição e
Revenda

13,7

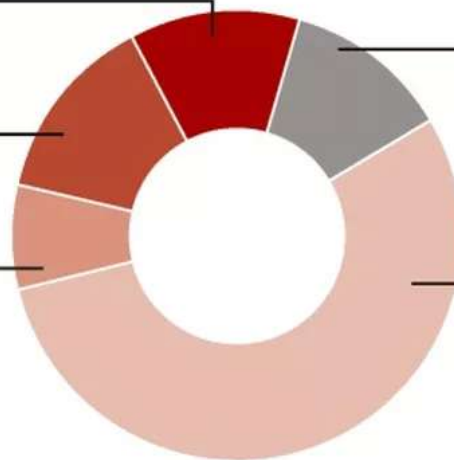
ICMS

7,4

Cide + PIS/
Pasep e Cofins

54,9

Realização
Petrobras



Fonte: Comsefaz (alíquotas de ICMS) e Ineep/Petrobras, referente a 02/05/2021 a 08/05/2021

A mudança de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis proposta pelo governo federal para garantir maior estabilidade de preços divide opiniões. Enquanto os postos de gasolina são favoráveis ao projeto, na ala contrária estão os Estados. Especialistas apontam que, se o objetivo é conter o aumento de preços na bomba, é preciso um debate mais amplo.

Por meio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 16/21, o governo federal propõe um ICMS sobre combustíveis com cobrança monofásica e por unidade de medida. Com isso, em vez de um percentual sobre o preço da gasolina, o imposto seria pago pela aplicação de um determinado valor por metro cúbico comercializado, por exemplo. Segundo a proposta do governo, a cobrança seria uniforme para cada produto em todo o território nacional. Só poderia haver forma de cobrança diferenciada entre produtos diferentes. O PLP propõe a mudança para gasolina, diesel, biodiesel, etanol e gás natural e de cozinha, entre outros.

Atualmente o ICMS sobre combustíveis tem alíquota diferenciada entre os Estados, sobre o mesmo produto. Para a gasolina comum, tipo C, por exemplo, as alíquotas variam de 25% a 34%. Luiz Claudio Gomes, secretário-adjunto da Fazenda de Minas Gerais e representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) para o tema, destaca que o setor de combustíveis é uma das principais fontes de ICMS, respondendo por 20% da receita com o imposto. A proposta federal, ressalta, ameaça uma arrecadação estadual agregada de cerca de R\$ 80 bilhões anuais.

Gomes lembra que os preços dos combustíveis, conforme política da Petrobras, seguem os valores praticados no mercado internacional. A oscilação de preços do barril do petróleo, portanto, diz, é que orienta o valor cobrado na bomba de combustível. Segundo ele, as alíquotas de ICMS sobre combustíveis não sofreram alterações nos últimos anos na maior parte dos Estados. Entre 2018 e 2021, diz, 22

Estados não alteraram alíquotas, quatro entes fizeram reduções e apenas um governo estadual ajustou a cobrança do ICMS em 0,5 ponto percentual.

A uniformização proposta pelo governo federal, defende Gomes, além de tirar a autonomia que os Estados têm para estabelecer alíquotas de ICMS, vai criar uma regra uniforme para regiões com realidades diferentes. O valor a ser cobrado por volume comercializado, indica, deve considerar uma média do país. Como resultado, diz ele, um Estado como São Paulo, que cobra a menor alíquota atual sobre a gasolina comum, de 25%, passará a cobrar um imposto maior. E quem cobra acima da média hoje, portanto, vai recolher um ICMS menor. Essa diferença de arrecadação entre os Estados, explica, segundo o PLP, deve ser equacionada por meio de uma câmara de compensação. “Mas isso não trará efeito para o consumidor paulista, por exemplo, que passará a pagar mais imposto do que paga hoje sobre combustível.”

A reação do varejo de combustíveis é diversa da dos governos estaduais. José Alberto Paiva Gouveia, presidente do Sincopetro, sindicato que reúne os postos de combustíveis, diz que o segmento apoia a proposta, que tem objetivo de reduzir a volatilidade dos preços na bomba.

Para Gouveia, a atual forma de cobrança do ICMS representa carga tributária alta para os combustíveis, além da variação de alíquotas por Estado. O peso do imposto, tem sido mais sentido no período atual, no qual o volume comercializado pelos postos em todo país ainda está, em média de 30% a 35% menor do que o do período pré-pandêmico. No ano passado, lembra, o volume de vendas caiu 40% contra 2019. O cenário, diz ele, fez o quadro de funcionários do setor encolher 10% em relação ao do período anterior à crise sanitária.

Carla Borges Ferreira, pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Inep), diz que a entidade não se posiciona contra ou a favor da mudança proposta. Mas se o objetivo é a estabilização de preços dos combustíveis no mercado interno, diz, o projeto possivelmente não terá êxito.

“O governo federal colocou a lupa na questão tributária sem olhar outros elementos da cadeia do setor”, diz Carla. Reduções de impostos, diz ela, tendem a

ser incorporadas por outros elementos da cadeia e não garantem redução de preços ao consumidor.

Para Carla, a volatilidade não será resolvida se não houver um olhar mais amplo e que crie um debate entre todos os agentes do setor. Ela lembra que hoje a política de preços de combustíveis considera a paridade com o mercado internacional e a expectativa é que as cotações das commodities se mantenham altas. “Nesse horizonte, uma mudança no ICMS já nasceria obsoleta”, com preços internos de combustíveis sobre pressão das cotações internacionais.

Uma análise de preços de diesel desde 2015, ressalta, mostra que a queda no período mais recente se deu justamente no início do ano passado, quando a cotação do petróleo sofreu o primeiro impacto da pandemia e o preço despencou. Para ela, é preciso, portanto, que os agentes envolvidos discutam a possibilidade de alternativas de estabilização de preços para o mercado interno.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/05/2021	



Indústria baiana promove mais de 16 mil empregos em três meses

24 maio 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

No dia da Indústria, celebrado nesta terça-feira (25), a indústria baiana apresentou saldo positivo ao gerar mais de 16,4 mil novos postos de trabalho, nos três primeiros meses de 2021. Em março, o segmento gerou aproximadamente 4,2 mil empregos, que foram puxados pelos setores de Coque e produtos derivados do petróleo e de Bicom bustíveis, além dos produtos de metal. Os dados constam do Informe Executivo da Indústria de maio, divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), nesta segunda-feira (24).

“Nos últimos 12 meses, os números também foram positivos. O informe executivo apresenta que o segmento gerou mais de 18 mil empregos, mesmo diante da crise causada pela Covid-19, que completou um ano em março. Apesar disso, desde o início da pandemia, uma das prioridades do Governo da Bahia tem sido a preservação dos empregos e da renda das famílias baianas”, destaca o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Leal.

O segmento Couros e Calçados está espalhado por boa parte do interior baiano, em territórios como Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Litoral Norte e Agreste Baiano, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste da Bahia, Metropolitano de Salvador, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Recôncavo, Sertão do São Francisco, Sisal, Sudoeste Baiano e Vale do Jiquiriçá.

O Estado vem incentivando a industrialização do interior da Bahia atraindo importantes empresas do segmento calçadistas, como Vulcabras Azaleia, JBS S.A, DASS NE, Ramarim, Ferracini e Lialine, entre outras.

Fonte: Ascom/SDE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

DIA DA INDÚSTRIA Pelo segundo ano, data acontece em um cenário de incertezas para os setores produtivos de todo o país por causa da Covid-19

Empresários relatam desafios para indústria na pandemia

CÁSSIO SANTANA

Hoje, dia 25 de maio, é celebrado o Dia Nacional da Indústria. A data acontece em meio à pandemia da Covid-19 e em um cenário de incertezas para os setores produtivos de todo o país. As medidas adotadas pelo poder público a fim de conter o avanço da doença impuseram restrições às atividades do comércio e de serviços, o que gerou, no âmbito da indústria, redução na oferta e encarecimento de insumos produtivos.

A Bahia é o maior polo industrial do Nordeste e tem a 7ª maior indústria do Brasil. O setor industrial representa 21,5% do PIB do estado. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), em 2020 a indústria contribuiu com cerca de 57% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado.

A economia baiana, contudo, não passou ilesa aos efeitos da pandemia e o PIB do estado apresentou queda de 8,7% no segundo trimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, a maior queda da série histórica, segundo dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

“O nosso setor [cosméticos] sentiu muito os impac-

tos da pandemia, principalmente logo em seu início, e depois com as medidas de restrição. A indústria depende do comércio e as lojas de perfumaria, bem como os salões de estética e beleza, permaneceram muito tempo fechados”, afirma o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Higiene, Perfumaria e Cosméticos da Bahia, Gecê Macêdo de Oliveira.

Empresário do setor químico, Roberto Fiamenghi afirma que “a indústria química sofreu uma queda da demanda nos primeiros seis meses da pandemia, ocasionando muitas paradas de unidades industriais, gerando desemprego e redução dos estoques”.

De acordo com Fiamenghi, a indústria brasileira mostra-se pouco competitiva, o que fortalece uma política de importação em detrimento da exportação. “As importações de produ-

A Bahia é o maior polo industrial do Nordeste e tem 7ª indústria do país

tos industrializados estão crescendo porque a indústria brasileira não é competitiva. Os impostos sobre os produtos fabricados no Brasil chegam a 45%, enquanto os importados estão em torno de 25%. A energia elétrica no Brasil é uma das mais caras do mundo. O gás natural também. A indústria está definindo no país, enquanto estamos importando produtos acabados. No Brasil não existe mais Ministério da Indústria e Comércio. E, consequentemente, não existe uma política industrial para o desenvolvimento da indústria”, diz Fiamenghi.

Deficiências

Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia, o economista Gustavo Pessoti, a pandemia não pode ser responsabilizada pelo fraco desempenho da indústria no estado, tampouco no país. Para Pessoti, o problema no Brasil diz respeito a uma cultura de baixa competitividade e de pouco investimento na indústria.

“O problema da nossa indústria é circular. A gente padece de uma indústria nacional, da falta de competitividade. Nós nunca encontramos uma organização política e econômica que criasse um ambiente favorável ao pleno desenvolvi-

mento da indústria. Então, eu diria que a primeira grande constatação é essa. A falta histórica de uma maior atenção governamental, de políticas e de planejamento voltado para o fortalecimento das cadeias industriais em nosso país”, explica Pessoti.

Para Pessoti, o país dificulta a atividade industrial ao não solucionar gargalos estruturais ao desenvolvimento industrial, como problemas de infraestrutura, insuficiência de mão de obra qualificada e burocracia. Além do mais, o economista acredita que, para uma indústria forte, é necessário uma boa diplomacia e ambiente favorável aos negócios. “Faltam muitas lições de casa. Melhorar a relação internacional, a diplomacia, é primordial. Criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos negócios”, pontua.

Para o presidente da Associação de Empresas do Centro Industrial de Aratu (Procia), Hilton Barbosa, o momento de crise sanitária mostrou a importância de um setor industrial forte. “Ficou clara a importância que a indústria tem para a sociedade. Foi um dos setores que não parou um dia sequer no último ano, sob a responsabilidade de abastecer moradias, hospitais e supermercados”, diz.

Carlos Casaes / Ag. A TARDE / 19.4.2002



O setor industrial representa 21,5% do PIB baiano, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Setores mantêm bom desempenho

CÁSSIO SANTANA

Apesar da pandemia, houve setores da indústria da Bahia que se mantiveram firmes, com índices positivos. É o caso da indústria da mineração. O presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais (Sindimiba), Paulo Misk, afirma que no período houve crescimento da cadeia produtiva de mineração.

“A produção mineral baiana cresceu mesmo em meio à pandemia. Nos primeiros meses de pandemia passamos por uma grande readequação das operações. Reduzimos o número de colaboradores nas minas, deslocamos boa parte da equipe

para o home office, adotamos diversas medidas para aumentar a higienização das áreas e dos veículos nas operações e preservamos o distanciamento social dentro das empresas. Tudo para nos manter funcionando com segurança para todos

“No setor de cosméticos se espera, apesar de tudo, um crescimento”

GECÊ MACEDO, empresário

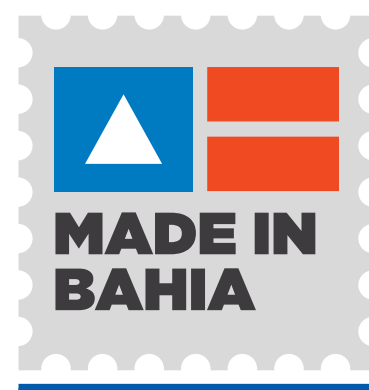
os envolvidos”, relata o presidente do Sindimiba.

Diretor-executivo da Associação de Usuários dos Portos da Bahia (Usuport), Paulo Villa afirma que o segmento logístico foi pouco afetado pela pandemia. “No campo que a Usuport atua, os problemas estão concentrados na necessidade de uma maior oferta de serviços marítimos, sobretudo no aumento de competição no transporte e operadores, no aumento de capacidade de tráfego das BRs-324, 242, 116 e 101, e no aumento de capacidade ferroviária entre a Grande Salvador e a Grande Belo Horizonte”, diz.

“Uma boa notícia é que o setor de cosméticos tem

muito fôlego e assim se espera, apesar de tudo, um crescimento, principalmente no que tange aos produtos voltados para a higiene e cuidado do corpo, como sabonetes líquidos, álcool em gel, cremes corporais, que tiveram um aumento de demanda”, afirma Gecê Macêdo, vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Higiene, Perfumaria e Cosméticos da Bahia.

O Dia Nacional da Indústria foi escolhido em homenagem ao patrono da indústria nacional, Roberto Simonsen, que faleceu em 25 de maio de 1948. Simonsen foi engenheiro industrial, administrador, professor, historiador e político.



BDS, uma startup pela democratização do eSports



WALDO “DRK” SOUZA

Empresário, sócio-fundador da startup BDS Beyond Digital Sports

Quando a paixão pelos jogos eletrônicos e a experiência em inovação unem duas gerações de empreendedores em um só objetivo: pensar além do trivial e criar um projeto grandioso. Foi assim que eu e meu filho Lukas “LKZ” Walter inauguramos a startup BDS Beyond Digital Sports. Com DNA 100% baiano e o propósito desafiador de democratizar o acesso e profissionalizar a cadeia de eSports no Brasil.

O diferencial de nosso modelo de negócio é apostar que oito vertentes deste mercado podem funcionar interligadas: realização de torneios (1); gestão de times competitivos (2); formação de influenciadores digitais (3); promoção de eventos de entretenimento (4); geração de mentorias para diversos profissionais do setor (5); criação de conteúdos para plataformas digitais (6); e-commerce de produtos e serviços sob demanda para o público gamer (7); desenvolvimento de ativações com setores não-endêmicos, aqueles com produtos não diretamente relacionados ao Mundo Gamer, como o de nutrição saudável (8).

Estamos cientes de que a tarefa é tão meritória quanto árdua. Exatete isto que mais motiva nossa equipe. Depois dos primeiros passos, as sondagens do mercado e parcerias firmadas com marcas como LG, N.A.V.E., DT3 Sports e GL Events nos dão confiança de que estamos na direção certa. Tanto que planejamos replicar futuramente o modelo BDS em outros estados e em países com realidade social parecida com a brasileira e que podem se beneficiar com um setor de eSports mais inclusivo.

Por meio da parceria com o Centro de Convenções de Salvador, gerido pela multinacional GL Events, a BDS está implantando uma academia gamer que pretende ser um dos principais hubs de conhecimento do Nordeste e posicionar Salvador como referência no circuito de grandes eventos de eSports.

Assim que os protocolos da pandemia permitirem, o espaço será aberto para jogos, treinamentos, mentorias, competições e feiras. Por enquanto, o espaço é utilizado para produção de conteúdos online e transmissão de lives.

Estreamos em abril passado nosso canal no Twitch. Nosso time de streamers – Dbraz, Yariax, AthenaXis, Taffsx, Clemente e Jonnyzul – vem realizando lives sobre jogos como League of Legends, Valorant, Free Fire, CS:GO, GTA RP e Wild Rift.

Nossas shotcups de fim de semana oferecem a oportunidade de talentos desconhecidos participarem gratuitamente de torneios nas modalidades Free Fire, League of Legends, PES, FIFA, Valorant, Rainbow Six, Fortnite e Counter Strike. Nosso modelo de competição premia ao menos 50% dos jogadores.

Estamos expandindo a operação via captação em fundos de investimento nacionais e internacionais, incluindo o mercado de criptoativos. Contamos com parceiros comprometidos com o setor de eSports.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

ENTREVISTA Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb)

FÁBIO BITTENCOURT

A pandemia provocou em todo o mundo uma desarumação do encadeamento produtivo. Por aqui, isso, mais a disparada do dólar, terminou por complicar ainda mais a situação da indústria nacional, já em dificuldade de competição. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, preocupa o lento processo de vacinação no país, e a piora dos índices envolvendo a Covid-19. Nesta entrevista exclusiva, ele comenta os principais desafios do setor, e também as expectativas.

Quase um ano e meio de pandemia, qual é hoje a realidade da indústria baiana, as expectativas e principais bandeiras, para além do Reiq (Regime Especial da Indústria Química) e das grandes reformas?

Com relação à pandemia, a indústria baiana não foge da realidade do que está acontecendo no Brasil como um todo no setor industrial, em outros vários setores, e até mesmo reflexo da indústria no mundo de um modo geral. Porque o grande problema que ocorreu no setor foi a total desarumação do encadeamento produtivo. Nós tínhamos aqui na Bahia e no Brasil seqüências que vieram, digamos assim, com um certo *delay* (atraso) do efeito cambial, no ano passado, quando o dólar mudou de patamar. Nós estávamos numa situação de mercado bastante estagnado, e com isso muitos desses custos que são inerentes da variação cambial não foram repassados. Isso começou a ser repassado a partir do segundo semestre, e gerou um represamento de um realinhamento de preços, que começou a acontecer basicamente em setembro e outubro, e ainda estamos sentindo. Com isso também, muitos setores produtivos pararam, principalmente no Brasil, muito mais por conta dessa desarumação e falta de demanda, principalmente para os produtos de bens de consumo duráveis e semiduráveis, exatamente porque a indústria parou em função da pandemia. Quando começou a reagir, se encontrou com a absorção do impacto cambial e mais essa desarumação do encadeamento, quer seja no mercado interno ou externo. Até hoje sofremos muito em dois setores: construção civil como um todo, e termoplástico -, setores que afetam toda a economia, em sua horizontalidade e verticalidade. E vários outros exemplos. Mas ainda hoje, temos a economia em processo de retomada, mesmo com a segunda fase (da pandemia), e o que tem nos preocupado na verdade é sobre como vai ser esse novo recrudescimento da pandemia. Não importa se é um prolongamento da segunda onda ou uma terceira onda,

RECRUDESCIMENTO DA PANDEMIA PREOCUPA

Raphael Muller / Ag. A TARDE / 10.12.2019



mas de fato, o que estamos verificando é a volta do crescimento de alguns índices, seja de interinação ou de manifestação. Assim como aconteceu na Europa e outros países. Mas aqui ela será impactada por essa demora numa maior abrangência da vacinação. Estamos vendo agora uma verdadeira briga de prioridades.

Como você avalia essa situação, e em que lugar da fila se encontram os industriários?

O industriário está na 29ª colocação dentre os grupos prioritários, em algumas cidades oscilando entre a 23ª e a 25ª colocação. Mas também sabemos que vai haver muitas demandas de prioridades, quer seja pelo PNI (Programa Nacional de Imunização) ou demandas judiciais. E qual a preocupação? É que hoje o maior vetor de disseminação é o jovem, e eles, obviamente, não estão sendo contemplados. E isso vai significar o quê? Vamos ter de observar, é um processo de aprendizagem ainda. E a cada aprendizado desse, nós temos um processo claudicante da economia.

A desindustrialização no Brasil é mesmo um fato? Como isso afeta a economia de um modo geral?

É uma realidade, e os números falam por si sós. E não é de agora, esse processo já vem há pelo menos dez anos, um pouco mais. É como a gente sempre fala: indústria é algo importante em qualquer economia do mundo. É uma base da agregação de valor, é uma base de de-

envolvimento de inovação e tecnologia. É óbvio que quando a gente olha em termos relativos, o mundo inteiro perdeu participação relativa no chamado PIB (Produto Interno Bruto) industrial. Mas por quê? Uma boa parte do PIB industrial terminou sendo incorporado pelo PIB de serviços, porque na hora que começamos a trabalhar muito forte em especialização e terceirização, isso naturalmente ocorreu. A pandemia, desde o ano passado, tem de ser útil para algumas coisas, não só como aprendizado, também para correção de rumos. E ela mostrou ao mundo inteiro que ser especialista e não ser bom em tudo é algo que faz sentido, mas também não se preocupar com o encadeamento produtivo, e um certo posicionamento estratégico da sua cadeia de insumos como país, é muito perigoso. Não podemos apenas ser um país de commodities, precisamos agregar valor, e ter um encadeamento produtivo em setores estratégicos. O grande exemplo que aconteceu foi com a (área da) saúde. Vimos a nossa total dependência. Também com a cadeia do termoplástico, construção civil. Com relação ao Reiq, pode ser até, numa visão do Ministério da Economia, algo pertinente, mas quando você olha o todo, uma visão muito mais holística do que pontual. O país tem muito problemas que não permitem que a gente aborde essas questões sem ter a visão do todo. É óbvio que não podemos

ser autossuficientes em tudo, mas temos de ver o encadeamento produtivo de uma forma estratégica, como aprendizado que veio com essa pandemia no mundo inteiro. O agropêlo, por exemplo, são importantes, mas nós temos uma excessiva dependência da área de fertilizantes, e um dos fatores que nos tornam dependentes é a total falta de competitividade com o gás. A base dos insumos para fertilizantes é o gás, e nós temos gás à vontade.

Comente um pouco sobre agregação de valor.

A Bahia é um celeiro para essas oportunidades de agregação de valor, nós temos três vetores de crescimento muito importante para a indústria baiana, que deverão ser focados para serem efetivados ao

A Bahia é um celeiro para as oportunidades de agregação de valor

Não é justo que indústria e comércio respondam por 70% dos tributos

longo dos próximos anos, como o setor de mineração. A Bahia caminha para se tornar o segundo maior produtor nacional, mas precisamos de estrutura. Também temos as energias renováveis, que são a fotovoltaica, e a eólica, que obviamente o consumo vem crescendo, e ainda temos condições de agregar muita energia renovável à matriz energética. Em terceiro, que a gente já tem bastante pujante, a celulose, que a gente pode cada vez mais agregar valor. Como no agronegócio, no setor agroindustrial, e, eventualmente, também o próprio setor petroquímico, com toda a sinergia que tem. Tivemos agora a entrada do Grupo Mubadala, com capacidade de alavancagem de investimento bastante significativa, já com muita presença no Brasil, chegando agora na Bahia. O que nos deixa muito esperançosos. Inclusive, não tem nada oficial do próprio fundo, de que eventualmente eles poderão ser um dos candidatos à negociação (compra) da Braskem. Isso dará uma nova dinâmica, não tenho dúvida nenhuma. Tem ainda a perspectiva da ponte (Salvador- Itaparica), que, há pouco conversando com o governo, disseram que esperam iniciar a marcação e o primeiro pilar da ponte, que será do lado de Itaparica, até setembro. É um fato consumado, que dará, nos dois canteiros de obras, só de empregabilidade direta, algo mínimo em torno de cinco mil empregos. Já tivemos o início da construção do

VLT, a prorrogação do BRT, tudo isso deverá dar uma dinâmica muito maior.

E com relação à saída da Ford, qual o tamanho do impacto nos resultados da indústria de transformação, e as perspectivas para a indústria automotiva no estado?

Está impactando terrivelmente, principalmente em termos comparativos nesse início do ano com qualquer base comparativa, seja mensal, trimestral ou dos últimos 12 meses em relação ao ano passado. Porque ela só parou de produzir em 2020 a partir de abril, maio. E nós estamos agora nesse primeiro trimestre praticamente sem produção nenhuma, e com a representatividade que tem o PIB de uma indústria automotiva e seus sistemistas, vai nos fazer amargar muito as estatísticas desse ano, não só de PIB, como de empregabilidade.

Ano que vem tem eleições. Você ainda acredita em reforma tributária ou administrativa?

A gente precisa de uma reforma tributária, mas que não pode vir desacompanhada da reforma administrativa. Precisamos tornar o Estado do tamanho compatível com a nossa economia. O que tem se mostrado é que ela deverá ser mais tímida, mas que definitivamente não vai baixar a carga tributária. E como fazer uma reforma justa e equânime? Não é justo que indústria e comércio sejam, sozinhos, responsáveis por 70% da arrecadação tributária federal. É preciso tornar mais equânime. Temos um setor do agronegócio muito pujante, competitivo, que a paridade cambial hoje ajuda mais ainda, mas a carga tributária é quase nenhuma. Pressupõe-se uma equalização.

Em que pé se encontra a proposta do governo em revogar o Reiq, e como você avalia essa medida?

A indústria, de um modo geral, tem sido bastante provocada em várias vertentes. Nesse momento, que se mostrou o quanto nós temos de dependência estratégica de encadeamento produtivo, e que nós temos ainda uma série de seqüências a serem resolvidas, como perda de competitividade, instabilidade política, fiscal e cambial, o momento é adequado para se fazer essa ruptura tão abruptamente? Não, precisamos valorizar e estruturar nosso encadeamento produtivo do setor químico e petroquímico, fundamental para a indústria farmacêutica e da saúde, que somos dependentes. Um assunto desse é para ser discutido e partilhado com todos os atores.

Indústria de ontem, de hoje e seus desafios

Eduardo Fontoura

Químico e líder da área de gerenciamento ambiental da Cetrel

Comemoramos o Dia Nacional da Indústria no dia 25 de maio em homenagem a Roberto Simonsen. A data lembra o dia de sua morte e seu grande papel para a industrialização no Brasil, mas nos remete também a algumas reflexões necessárias.

Desde a revolução industrial no século XVIII – iniciada na Inglaterra – o modo de vida do ser humano não foi mais o mesmo. A criação da máquina a vapor mudou o conceito de produção e

abriu um mundo de oportunidades e visões.

Grandes transformações ocorreram, desde então, para melhorar a vida da população. E isso pode ser sentido nos momentos de crise, quando desafios são impostos à humanidade e ao desenvolvimento industrial na busca do equacionamento deles. São esses momentos que impulsionam a evolução do mundo. Observamos isso, por exemplo, nas guerras, nos desafios de alimentação, em momentos de pandemia (com o desenvolvimento de vacinas) e nas necessidades de interligação e comunicação.

E no Brasil não é diferente. Por aqui, o processo de in-

dustrialização iniciou na época do governo Getúlio Vargas, mas teve grande impulso na gestão de Juscelino Kubitschek. O país saía da

O Dia Nacional da Indústria, de homenagem a Roberto Simonsen, nos remete a reflexões necessárias

condição eminentemente agrícola e embarcava numa nova era.

Inicialmente, o processo foi concentrado no Sul/Sudeste, quando na década de 1970 houve a descentralização. Nesse processo, destaca-se a concepção do então Polo Petroquímico de Camaçari, que teve sua inauguração em 29 de junho de 1978, causando um impacto positivo na economia da Bahia.

Um marco importante, pois foi o 1º complexo petroquímico planejado no Brasil. E essa visão se estendeu nas questões ambientais com a concepção da Cetrel, responsável pelo tratamento de efluentes líquidos

do polo e depois pelo tratamento e disposição de resíduos e gerenciamento ambiental (recursos hídricos e emissões atmosféricas), sendo a responsável pelo maior programa na área de recursos hídricos do país.

Em função da diversificação de sua atuação, o complexo petroquímico passou a ser chamado de Polo Industrial de Camaçari, congregando, além das áreas química e petroquímica, as farmacêuticas, de celulose, automobilística, de energia eólica, de metalurgia, dentre outras.

Mas, apesar dos avanços, a indústria nacional vem passando por desafios grandes nos últimos anos, impulsionados pela competição

mundial acelerada pela globalização e pela tributação excessiva da atividade econômica. Além disso, temos à nossa frente outros desafios, como a Indústria 4.0 e ESG (Environmental, Social and Governance).

Sabemos que o caminho é árduo, mas – com investimento em inovação e tecnologia, e capacitação de sua força de trabalho e muita criatividade – superaremos esses desafios, sempre pensando no crescimento da sociedade e na preservação ambiental, tendo a sustentabilidade como parâmetro para o aprimoramento da indústria e para a construção de um mundo melhor.

EQUIPE Governador fez anúncio em visita a locais que abrigarão as novas sedes da Polícia Civil

Rui Costa finaliza sua reforma no secretariado ainda esta semana

DAVID MENDES

O governador Rui Costa (PT) afirmou ontem que anunciará “a última” etapa da sua reforma administrativa. De acordo com o chefe do Executivo baiano, ainda esta semana serão divulgadas as “últimas” mudanças no 1º e 2º escalões do seu governo. “Aí você quer estragar a surpresa”, afirmou o governador, ao ser questionado por jornalistas, durante coletiva de imprensa, sobre possíveis novos nomes. Rui visitou hoje os terrenos e prédios onde funcionava a Ebal, no bairro do Ogunjá, em Salvador. Os espaços irão abrigar as novas sedes da Polícia Civil.

Dentro da estrutura administrativa, duas Secretarias ainda são comandadas por secretários em exercício após a saída dos titulares. A Casa Civil é comandada desde junho de 2020 por Carlos Mello, após a exoneração de Bruno Dauster, apontado como responsável pela negociação da compra de respiradores que gerou prejuízo de R\$ 10 milhões aos cofres do Estado.

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) está sob a gestão da diretora-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema),



Governador Rui Costa (PT) rearticula sua gestão para aglutinar forças para 2022

Ao ser questionado quem seriam os novos nomes, o governador desconversou

Márcia Telles, que acumulou a função de secretária de Estado, após a migração do secretário João Carlos Oliveira para a Secretaria de Agricultura (Seagri).

Segundo escalão

No 2º escalão, a expectativa para os nomes que irão comandar a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), com a ida do dire-

tor-geral Maurício Bacelar para a Secretaria Estadual do Turismo (Setur), a Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), comandada por Andréa Mendonça, e o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibmetro), com Thales Moutinho Pinho, na direção-geral do órgão. Juceb e Ibmetro são indicações do PDT, partido que deixou o 1º escalão da gestão petista com a saída de Lucas

Costa, à frente da Seagri.

O presidente do PDT na Bahia, o deputado Félix Mendonça Jr. afirmou hoje em entrevista à Rádio Salvador FM que orientou os correligionários com cargos no governo que continuem realizando suas funções e aguardem as exonerações porque “a caneta não pertence a gente”, mas chamou a atenção dos que decidirem permanecer.

“Não vou expulsar ninguém, mas, quem seguir fora da orientação do partido não terá legenda para disputar as próximas eleições”, alertou, ao se referir aos deputados pedetistas que, por ventura, permaneçam na base de Rui e mantenham as indicações de cargos na gestão estadual.

Já autarquias como a Agerba, Urbis, Sudesb, SAC, CBPM, Bahiatursa, CAR, Irdeb, Bahiagás, Conder, DesemBahia, Fundac, Inema, Irdeb, Prodeb e SIT deverão permanecer com os atuais dirigentes.

Dentre os nomes recentemente anunciados do 1º escalão, o governador mexeu no tabuleiro da articulação política do seu governo, com o anúncio da chegada do ex-prefeito de Camaçari, Luiz Caetano (PT), para comandar a Secretaria de Relações Institucionais (Serin), pasta do núcleo político do governo.

ELEIÇÃO 2022

Wagner: não posso impedir aliança de siglas com Bolsonaro

DA REDAÇÃO

Alçado à condição de “pré-candidato ao governo da Bahia nas eleições de 2022”, o senador Jaques Wagner (PT) afirmou em entrevista que não tem como proibir que deputados aliados na Bahia deem sustentação ao governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na Câmara Federal.

“Alguns dos nossos aliados na Bahia são da base de sustentação do governo federal. Com isso, ganham mais musculaturas com emendas. Essa é a reclamação do PT. Mas eu não posso fazer nada. Não posso proibir os partidos que estão comigo na Bahia de estarem com o governo federal em Brasília”, afirmou o petista, ao ser questionado se a sigla não estaria em desvantagem numa aliança com o PSD e PP, legendas com mais de 200 prefeitos eleitos em 2020, enquanto o PT elegeu apenas 32 gestores municipais.

Wagner afirmou ainda que a aliança com o PSD e PP na Bahia já está renovada para 2022. “Já fiz reunião com PP, com o PSD, não vejo ninguém desgarrado, a não ser o PDT, porque o Ciro Gomes tensionou”, revelou o petista.

REAÇÃO

PGR defende ação de Aras para que MP acompanhe investigações

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral da República emitiu nota pública ontem em resposta a uma coluna veiculada no portal UOL no último sábado, intitulada “Análise: Aras e chefe da PF querem pôr coleira em investigações contra autoridades”.

Na nota, a PGR afirma que a matéria traz uma série de “imprecisões e equívocos”, a começar pela afirmação de que o procurador-geral da República moveu uma “ação penal” com o objetivo de

“colocar uma coleira nas investigações” sobre autoridades com foro nos tribunais superiores.

“O que Augusto Aras fez, na sexta-feira, 21, foi propor uma ação de controle concentrado de constitucionalidade – uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), não uma ação penal – para que toda a legislação processual penal referente à fase de investigação seja interpretada à luz do princípio acusatório previsto na Constituição”, afirma a nota publicada no

portal da procuradoria.

De acordo com a PGR, o objetivo de Augusto Aras é que o juiz sempre ouça o Ministério Público antes de decretar medidas cautelares e proferir decisões que restrinjam direitos fundamentais dos cidadãos, como quebras de sigilo e busca e apreensão.

“Um processo penal em que o Ministério Público é afastado reduz-se à análise de uma só magistratura, trazendo, portanto, menos segurança a todos os cidadãos”, defende o texto da PGR.

AUDIÊNCIA

Após aprovação de MP, Câmara debate privatização da Eletrobras

MARCELO BRANDÃO

Agência Brasil, Brasília

A Câmara dos Deputados debateu ontem, em audiência pública, os impactos da desestatização da Eletrobras. Curiosamente, o debate ocorreu após a aprovação da Medida Provisória (MP) 1.031/21, que viabiliza a privatização da estatal. Especialistas no setor elétrico e na Eletrobras alertaram para riscos da capitalização da estatal de energia, entre os quais, o aumento das tarifas e a falta de pesquisa no setor.

O presidente da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras, Ikaro Chaves, alertou para a possibilidade de aumento das tarifas de energia elétrica. “Em 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica [Aneel] entregou ao Ministério de Minas e Energia [MME] um estudo que previa impacto de pelo menos 17% de aumento na conta de luz residencial mé-

dia no país”, disse Chaves.

Já Gilberto de Azevedo, pesquisador e representante dos empregados do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), alertou que, em quatro anos, as atividades de pesquisa da instituição, que desenvolve estudos para a Eletrobras, ficará inviabilizada devido aos cortes de investimentos previstos na MP.

“A MP determina uma redução abrupta dos aportes ao Cepel pelas empresas Eletrobras, sem definir claramente outras fontes de receita. A partir do segundo ano, os aportes começam a cair e partir do quarto ano a instituição já está inviabilizada”. Segundo ele, três quartos dos recursos do Cepel vêm da Eletrobras e de suas empresas.

O chefe da assessoria especial de Assuntos Econômicos do MME, Hailton Madureira, participou do debate em nome do governo e defendeu a desestatização da Eletrobras. Segundo Ma-

dureira, a MP visa potencializar o investimento na Eletrobras com recursos privados e obter investimentos para revitalização do Rio São Francisco e interligação dos sistemas da região Norte.

“Entendemos que a capitalização da Eletrobras vai destinar recursos para melhorar a qualidade da água do Rio São Francisco, de forma que melhore a quantidade de água disponível para gerar energia elétrica; e na Região Norte para fazer a interligação de sistemas, reduzir custo de geração de energia”, disse o representante do MME.

A deputada Ângela Amin (PP-SC), que participou da audiência pública, disse acreditar que o tema será melhor debatido no Senado, para onde segue o texto aprovado na semana passada pelos deputados. “A discussão no Senado, e eu tenho informações bem de perto, será bem mais ampla do que foi na Câmara”, afirmou.

INFORME PUBLICITÁRIO

NOTA PÚBLICA

PELA DERRUBADA DOS VETOS 13.16 E 13.27 EM DEFESA DA IMPRENSA LIVRE



A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em consonância com os artigos 1º e art. 3º, item IV, de seu Estatuto, que preconizam a defesa da liberdade de informação e expressão e a colaboração com as empresas jornalísticas, particularmente as pequenas e médias, que atuam em todo o território nacional, **externa sua preocupação com relação aos vetos 13.16 e 13.27** (ao parágrafo único do art. 54, e ao §2º do art. 175), realizados pelo Presidente da República na Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações.

Os vetos dispensam a publicação de extrato de licitação em veículos da imprensa oficial e comercial, concentrando todas as informações sobre o assunto em um site público ainda não existente.

Além de violarem o dever de transparência, os vetos podem representar o fechamento de grande parte dos jornais municipais e regionais, gerando desemprego em toda uma cadeia de serviço.

Para a ABI, os vetos tornam-se ainda mais gravosos por ocorrerem num momento de pandemia, que tem afetado de maneira brutal a economia do país, gerando desemprego, desalento e desesperança à população.

A imprensa livre é um dos pilares da democracia. Infelizmente, o Presidente da República, ao longo dos seus dois anos de mandato, tem proferido discursos contundentes contra diversos veículos e jornalistas. Os Vetos 13.16 e 13.27 representam ações concretas contra a imprensa. Afinal, **não existe liberdade de imprensa se os próprios veículos deixarem de existir.**

Por tudo isto, a ABI apela aos senadores e deputados federais pela derrubada dos vetos 13.16 e 13.27, em respeito à decisão original dos parlamentares quando da aprovação da lei.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2021.

Paulo Jeronimo
Presidente da ABI

PEÇA PELO APLICATIVO
BUONNA PIZZA
E APROVEITE OS DESCONTOS!
USE O CUPOM



#buonna10



ASSINANTES DO CLUBE A TARDE TÊM 20% DE DESCONTO

GASTRONOMIA

CLUBE A TARDE

Pandemia: governo avalia renegociação tributária

PARA SETORES AFETADOS O governo federal trabalha em um programa de renegociação tributária para os setores mais afetados pela pandemia de covid-19, segundo declarou ontem o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. "O Pert, que afetará empresas que perderam muito no faturamento, é um programa de renegociação tributária, importante para respirarem. Mas não só nesse setor [turismo e eventos]. O critério será aquela que perdeu mais, empresas que caíram mais de 80% do faturamento, mais de 60%, mais de 40%, mais de 20%, para que a gente seja justo", disse o secretário durante audiência no Senado para

“O critério será aquela que perdeu mais, empresas que caíram mais de 80% do faturamento, (...) para que a gente seja justo” Carlos da Costa

secretário especial do Ministério da Economia

tratar do auxílio do governo ao setor de turismo. A informação é do portal G1.

Ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro vetou trecho da lei aprovada pelo Congresso Nacional que zera por 60 meses alíquotas de diversos tributos para o setor de turismo e evento por "exigência legal" e "restrições orçamentárias".

Segundo o secretário, essa isenção tributária poderia custar R\$ 8 bilhões e deveria ser compensada, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que poderia resultar na elevação de outros tributos.

"O Brasil, por outro lado, foi um dos países menos gastos com o setor produtivo durante a crise. Gastamos mais com auxílio direto aos mais vulneráveis. Mas, com o setor produtivo, se fizermos comparação internacional, fomos um dos que

menos gastou. Por outro lado, foi um dos países menos afetados quando comparamos internacionalmente", declarou ele.

Ainda na audiência, o secretário afirmou que a Receita Federal fez os cálculos que avaliou que seria "inviável" dar a isenção tributária ao setor de turismo e eventos, mas que a solução encontrada, de "limpar o passado" por meio do programa de renegociação tributária que está sendo gestado, vai gerar benefício para quem mais precisa.

"Se eu der isenção tributária, vou beneficiar também a quem já está voltando e faturando. Esse é o argumento da Receita e faz algum sentido. É melhor limpar o passado de todo mundo do que dar um isenção tributária que pode chegar a R\$ 8 bilhões e que deveria ter compensação pela LRF", disse.

Para favorecer motos, pedágio de carros vai aumentar

BENEFÍCIO Depois do agrado aos caminhoneiros, com um pacote de medidas lançado na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro colocou em prática seu plano de isentar o pedágio de motociclistas nas próximas concessões. A benesse, que será viabilizada com o aumento

de até 1% nas tarifas cobradas de motoristas de carros e caminhões, avança no momento em que o presidente promove eventos com motociclistas, em tentativa de angariar apoio popular. O alvo da mudança são as futuras concessões de estradas, sem efeito para aquelas que já fo-

ram concedidas.

Mal recebida pelo corpo técnico do governo, a mudança já deverá valer, entre outras, para a nova concessão da Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, e para a BR-381/262, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3237	R\$ 5,3247
Dólar Turismo	R\$ 5,3370	R\$ 5,4730
Euro turismo	R\$ 6,5400	R\$ 6,7070

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	124.03162	+1,17%

POUPANÇA

25/05/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$1100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

NO LIMITE

5,24%

é a atual projeção para inflação oficial do país neste ano feita por analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central para o Boletim Focus. O teto da meta de 2021 é de 5,25%.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Peso da economia em ano eleitoral

As entrevistas do ministro Paulo Guedes e do senador Fernando Bezerra mostram que o governo aposta na economia para alavancar a reeleição do presidente Jair Bolsonaro no ano que vem. Guedes falou em "capitalismo popular" - incorporando cada vez mais a alma populista da atual gestão - e em "jogar no ataque" com aumento de gastos sociais. Já Bezerra, líder do governo no Senado, acredita que a alta dos preços das commodities será duradoura e isso provocará uma sensação de euforia no país.

Na reunião ministerial de abril de 2020, Guedes já havia indicado que pretendia aumentar despesas em ano eleitoral. "Vamos fazer o discurso da desigualdade, vamos gastar mais para eleger o presidente", disse à época. Em entrevista à "Folha", ontem, reafirmou que o Bolsa Família será ampliado e serão criados mais dois programas para incentivar a contratação e a qualificação de jovens no mercado de trabalho: "Sem furar o teto, sem confusão", prometeu.

Ainda que não tenha apresentado as contas, o cenário de Guedes leva em consideração o aumento no teto de gastos. Isso permitirá a ampliação de despe-

sas. O teto é reajustado pela inflação acumulada em 12 meses até junho de um ano, com efeito sobre o ano seguinte. E a inflação deve bater em 7,4% em junho, pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI). Com isso, o teto terá um crescimento de R\$ 109 bilhões no ano eleitoral, mais de três vezes o valor de 2021, de R\$ 31 bilhões. O efeito líquido disso, na verdade, ficará em torno de R\$ 10 bilhões, segundo a IFI, porque algumas despesas obrigatórias serão corrigidas pela inflação do ano e o governo terá que cumprir uma outra regra fiscal, a do déficit primário.

- Ainda é uma folga grande. Para efeito de comparação, todo o reajuste dos militares em 2021 custou R\$ 7,1 bilhões. Dá para fazer muita coisa com esse espaço

Entrevistas de Paulo Guedes e de Fernando Bezerra mostram que o governo aposta na economia para alavancar a reeleição de Jair Bolsonaro no ano que vem

e ainda cumprir o teto de gastos, mas a restrição fiscal não recomenda isso - diz o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

A aposta de Bezerra na alta das commodities, como falou ao "Valor", é mais incerta. Há dúvidas sobre a duração do aumento dos preços porque o mundo vive um período de forte liquidez, com a expansão monetária dos

bancos centrais em combate à pandemia. Parte desse dinheiro vai para as negociações em bolsa de matérias-primas que o Brasil exporta, como soja e minério de ferro, elevando as cotações. Esse é um indicador sobre o qual o governo não tem controle e pode acontecer o efeito contrário: queda dos preços se houver redução de estímulos.

O mercado ainda não compra esse clima de otimismo. Apesar das revisões para cima no PIB deste ano, a estimativa para 2022 caiu de 2,5% para 2,3% nos últimos dois meses. Sem crescimento forte da economia o desemprego continuará elevado.

FORÇA DO SOL

O Brasil foi o nono país do mundo que mais instalou painéis solares em 2020, segundo levantamen-

to da Absolar, associação que representa o setor. Foram 3,1 GW a mais de potência instalada dessa fonte renovável, com investimentos de R\$ 15,9 bilhões entre geração distribuída, como painéis em residências, e geração centralizada, de usinas maiores contratadas por leilão. Apesar do crescimento nos últimos anos, a energia solar representa apenas 1,8% da matriz energética brasileira.

MARCO LEGAL

Depois de intensas discussões nos últimos meses, a Câmara pautou para hoje a votação do novo marco legal da geração solar distribuída.

A Absolar apoia o texto do relator Lafayette de Andrada (Republicanos/MG), mesmo com aumento da taxação pelo uso das redes. "Não é o projeto dos sonhos do setor, fizemos concessões em busca de consenso. Mas entendemos que ter uma regra clara, que traga de fato estabilidade, e com transição em fases, vai ajudar a atrair novos investimentos. A segurança jurídica vai compensar a taxação maior", disse a vice-presidente da associação, Bárbara Rubim.

POR ALVARO GRIBEL. MIRIAM LEITÃO ESTÁ DE FÉRIAS.

ECONOMIA

Preço da carne de frango e de porco deve subir no Brasil

CUSTOS AUMENTAM As indústrias de carne suína e de frango divulgaram ontem um manifesto indicando que novas elevações de preços desses produtos devem atingir os consumidores brasileiros. A alta ocorre devido ao repasse de custos com matérias-primas como soja e milho.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) afirmou em nota que o milho e a soja, insumos básicos que compõem 70% dos custos de produção, subiram respectivamente mais de 100% e 60% em relação ao mesmo período do ano passado, o que aperta margens e traz problemas financeiros para as empresas.

No caso do milho, há um agravante, com a quebra de safra pela seca no Brasil impulsionando as cotações. “O con-

40 a 45% é a alta nos custos de produção de aves e suínos em 12 meses, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal

sequente e inevitável repasse ao consumidor já está nas gôndolas, mas em patamares que ainda não alcançam os níveis de custos”, disse a ABPA, citando altas entre 40% e 45% nos custos de produção de aves e suínos em 12 meses.

Em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) destacou ainda a importância de novas desonerações tributárias e a implementação de medidas técnicas que viabilizem importações de insumos com menores custos.

Para evitar que o quadro se agrave ainda mais, as representações setoriais solicitaram ao governo medidas para que o setor de proteína animal do Brasil “tenha igualdade de competição pelos insumos em relação ao mercado internacional, evitando a desindustrialização e a perda de postos de trabalhos”.

A nota afirma que a avi-

cultura e a suinocultura, além de responderem por 4 milhões de empregos diretos e indiretos, também garantem a “segurança alimentar de nossa população”.

Outra notícia que pode afetar o preço da carne no país é a criação de suínos nas chamadas fazendas verticais na China. Em 21 prédios, com até 13 andares em Nanyang, a produção é em escala industrial. A alimentação é automatizada, há robôs de limpeza de esterco e câmeras infravermelha para detectar qualquer alteração de temperatura nos animais que possa indicar risco de doenças.

Para o consumidor brasileiro, o impacto será sentido no bolso. Com a forte demanda chinesa por milho e soja, usada em ração animal, sobem aqui os preços não só desses grãos como também de todos os tipos de carne, bovina, suína, de frango, e também dos ovos e do leite.

Intenção de consumo cai ao menor nível em nove meses

PESQUISA CNC A intenção de consumo das famílias voltou a recuar em maio, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O recuo, de 1,6%, foi o segundo consecutivo, mas menor que o registrado em abril, de 2,5%. Com a nova queda, a intenção de consumo ficou em 67,5 pontos – o menor nível desde os 66,2 registrados em agosto do ano passado. Para meses de maio, foi o pior desempenho da série histórica iniciada em 2010, informou a confederação.

Na comparação com maio do ano passado, a queda chega a 17,3%.

Todos os sete tópicos usados para cálculo do indicador mostraram queda, tanto na comparação com abril quanto com maio de 2020. Em maio diante de abril, houve quedas em emprego atual (-0,1%); perspectiva profissional (-4,4%); renda atual (-0,8%); acesso ao crédito (-1,8%); e nível de consumo atual (-1,2%).

PETROBRAS ABRE 335 VAGAS PARA JOVENS

OPORTUNIDADE A Petrobras abriu inscrições para o 2º ciclo do Programa Petrobras Jovem Aprendiz. Serão oferecidas 335 vagas em seis estados e o Distrito Federal: Fortaleza (CE); Brasília (DF); São Luís (MA); Betim e Ibirité (MG); Três Lagoas (MS); Angra dos Reis, Duque de Caxias, Itaboraí, Macaé, Rio de Janeiro e Seropédica (RJ); Porto Alegre (RS) e São José dos Campos (SP). É necessário ter entre 14 e 22 anos, estar cursando a partir do 5º ano do fundamental ou ter concluído o ensino médio.

COVID GEROU 19 MIL REGISTROS DE DOENÇA

TRABALHO A covid-19 foi a segunda principal causa de doenças e acidentes ligados ao trabalho no Brasil em 2020. Foram cerca de 19 mil notificações relacionadas ao coronavírus que levaram a afastamentos do trabalho, o que corresponde à metade da maior ocorrência no período (ferimento dos dedos), segundo dados compilados pela BBC News Brasil. No Brasil, as empresas são obrigadas por lei a comunicarem à Previdência Social todos os casos de doenças e de acidentes envolvendo entre funcionários.

MEI TEM ATÉ DIA 31 PARA ENTREGAR SIMPLES NACIONAL

DECLARAÇÃO O prazo para os microempreendedores individuais (MEIs) entregarem a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI) termina na próxima segunda-feira (31). Ela não deve ser confundida com o Imposto de Renda, que também tem prazo de envio na mesma data. A declaração deve ser entregue pela página da Receita Federal.

O MEI que não declarar seus rendimentos de 2020 pode pagar multa no valor mínimo de R\$ 50 ou de 2% ao mês, limitada a 20% sobre o valor total dos tributos declarados. A declaração do MEI não acarreta nenhuma cobrança adicional porque o imposto já é pago mensalmente. O tributo inclui o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária.

Para fazer a declaração, é preciso acessar a página de declaração no site da Receita Federal e informar CNPJ e os caracteres alfanuméricos. Na linha “original”, selecione “2020”. No campo “Valor da Receita Bruta Total”, informe o valor total do faturamento no ano passado. No campo abaixo, se o MEI não for apenas um prestador de serviços, deverá informar o valor das receitas referentes às atividades de comércio, indústria e serviço de transporte intermunicipal e interestadual. Informe ainda se teve algum empregado no ano referente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2021.
Tipo: Registro de preços/ Menor preço por lote. Abertura: 08/06/2021, às 09:00h – Objeto Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares desde Município de Contendas do Sincorá-Ba, em atendimento à Secretaria de Educação, conforme o Plano de ação articulada do ambiente virtual sistema integrado de planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMCE). Pelo termo de compromisso do PAR nº 201405387. De acordo com as condições, especificações e quantidades no Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Local da disputa e Edital www.comprasgovernamentais.gov.br informações: (77)3416-2219, e-mail licitacaocontendas@gmail.com – Contenda do Sincorá - BA, 25 de maio de 2021. Jackson Rocha dos Santos - Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Presidente da ASSOCIAÇÃO FOXE FILHOS DE GANDHY, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Art. 20º letra B, convoca a Diretoria e todos os associados CONTRIBUINTES quitos com a Entidade, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se-á no dia 31 de Maio de 2021, às 16:00 horas, na sua Sede Social, situada à Rua Gregório de Matos, 53, Pelourinho- Centro, Salvador, Bahia, atendendo ao Art. 15º Parágrafo Único e conforme o Art. 15º, letra a, em primeira convocação, com presença de 2/3 dos sócios quitos; letra b, letra c, para apreciação e votação do relatório da PRESTAÇÃO DE CONTAS da Entidade, relativa ao exercício de 2020 a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (gestão 2020 a 2021), conforme previsto no Estatuto desta Associação. Em tempo: a mesma cumprir as medidas restritivas da pandemia sob Decreto Estadual e Municipal nº 33.885 de 11 de maio de 2021, através deste edital torna-se público.
Salvador, 24 de Maio de 2021. Gilsony de Oliveira - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS - CNPJ N: 13.830.336/0001-23
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021
A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 034/2021 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DIVERSO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODA REDE VINCULADA À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS - BAHIA. Abertura das propostas: 09/06/2021 às 08h:30min; Disputa: 09/06/2021 às 09:00h. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://saio.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copel@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA - 25 Maio de 2021. Eriton Ramos - Pregoeiro da COPEL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2021 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DIVERSO, PARA ATENDER ARTIGOS ACESSÓRIOS REDE GASES MEDICINAIS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DA CIDADE DE CANDEIAS - BAHIA. Abertura das propostas: 09/06/2021 às 08h:30min; Disputa: 09/06/2021 às 09:00h. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://saio.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copel@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA - 25 Maio de 2021. Eriton Ramos - Pregoeiro da COPEL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021
A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/2021 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DIVERSO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODA REDE VINCULADA À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS - BAHIA. Abertura das propostas: 09/06/2021 às 08h:30min; Disputa: 09/06/2021 às 09:00h. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://saio.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copel@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA - 24 Maio de 2021. Rebeca Mayara Marques da Silva - Pregoeira da COPEL.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021
A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 037/2021 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE KITS LANCHE E CAFÉ DA MANHÃ EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS. Abertura das propostas: 11/06/2021 às 09h:30min; Disputa: 11/06/2021 às 09h:30min. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://saio.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copel@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA - 24 Maio de 2021. Rebeca Mayara Marques da Silva - Pregoeira da COPEL.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2021
A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO nº 038/2021 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE KITS LANCHE E CAFÉ DA MANHÃ EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS. Abertura das propostas: 11/06/2021 às 09h:30min; Disputa: 11/06/2021 às 09h:30min. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br e no site <https://saio.io.org.br/ba/candeias/site/licitacoes>. Maiores informações através do e-mail: copel@candeias.ba.gov.br. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA - 24 Maio de 2021. Rebeca Mayara Marques da Silva - Pregoeira da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAIRA - CNPJ N: 13.910.690/0001-88
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 AVISO DE LICITAÇÃO
A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará a contratação Pregão Eletrônico nº 018/2021, Processo Administrativo: 070/2021. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da rede Pública Municipal deste Município de Ubairá-Ba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. SESSÃO DE ABERTURA: às 09h30min do dia 08/06/2021, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br - Maiores informações através do tel. (74) 3544 - 2034 das 08:00horas às 12:00horas. Os interessados poderão obter o Edital no site oficial do Município - <https://www.ubaiba.ba.gov.br> ou no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Ubaira - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 12h00min. SÂMIA RODRIGUES DIAS PREGOEIRA.

ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO
EDITAL
A ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO comunica a todos os familiares e responsáveis pelos restos mortais das pessoas abaixo identificadas sepultadas no cemitério localizado em Quintas dos Lázaros, para que providenciem a remoção dos mesmos para outro local, a partir desta publicação, uma vez que decorados mais de três (03) anos dos referidos sepultamentos, caso contrário a Ordem 3ª poderá tomar medidas cabíveis necessárias à oxumação.
A Direção
LUCIANO JORGE MENEZES LIMA, JULIA JUSTINIANA DOS SANTOS, ANGELA MARIA SANTOS DOS SANTOS, ANATÁSTASIO SILVA, RAFAEL BASTOS DOS SANTOS, RAJUNILDO JOSE DE OLIVEIRA, BENJAMIM AMBÚRO DOS SANTOS, GESENILDA SILVA COSTA FERREIRA, JOSE JADER SANTOS GONÇALVES, ALTAMIRA DA SILVA DO ESPÍRITO SANTO, IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS, REGINA DIAS PEREIRA DOS SANTOS, ANTONIA CORDEIRO NUNES, FRANCISCO SALES DE SOUZA, MARINALVA JOSE ALVES DOS SANTOS, JURANDIR GALDINO DOS SANTOS, ANA LUCIA DE LIMA SANTANA, HILDETE RAMOS DE SOUZA, ROSALIA DE OLIVEIRA SANTOS, EZIQUEL FALCÃO DOS SANTOS, OCICLEIDE DA SILVA FALCÃO

enashopp **SHOPPING PIEDADE**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Convoco os senhores condôminos do Condomínio Shopping Center Piedade, situado nesta Capital, na Rua Junqueira Ayres, 165, Barris, para que participem da assembleia geral ordinária, que será realizada presencialmente em 9 de junho de 2021, às nove (9) horas, em primeira convocação, ou às dez (10) horas, em segunda convocação, no auditório da Associação dos Lojistas do Shopping Piedade, situado no pavimento L-4 do próprio condomínio, com o propósito de deliberar sobre a seguinte pauta:
I - Examinar, discutir e votar a prestação de contas da administração e as demonstrações financeiras, com parecer da auditoria Independente, referente ao exercício encerrado em 31/12/2020;
II - Deliberar sobre a destinação do saldo do exercício;
III - Discutir e votar o orçamento das despesas para o exercício de 2021;
IV - Aprovar as condições de contratação do seguro de incêndio;
V - Eleger os membros do Conselho Consultivo;
VI - Autorizar os empregados deste condomínio ocupantes de cargos de gerência ou de coordenação a funcionarem como prepostos do condomínio em audiências judiciais ou a representar o condomínio em outros compromissos solenes quaisquer, na forma do art. 1.348, § 2º, do Código Civil.
A instalação da assembleia dar-se-á em primeira convocação, se desde logo presentes titulares de votos equivalentes a mais da metade das frações ideais, do contrário será instalada em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Na forma prevista em lei (CC, art. 1.335, III) e na Convenção (cláusula 44), somente poderão votar ou ser votados os condôminos que se acharem quitos com todas suas obrigações com o condomínio. A representação por procurador será permitida desde que observadas as formalidades da Convenção (cláusula 44, § 3º) e as formalidades legais.
Não obstante a modalidade da assembleia seja presencial, será excepcionalmente admitida a participação à distância, de modo telepresencial. Os interessados em assim participar deverão solicitar os dados de acesso à administração (suporte@pedadecomercio.com.br) até 24 horas antes da reunião, ficando cientes de que, nessa modalidade, não será possível ocupar qualquer assento na mesa diretora dos trabalhos e ficando cientes, ainda, de que a assembleia não será suspensa ou interrompida em caso de problemas técnicos que dificultem ou impeçam a comunicação entre a mesa diretora e os participantes remotos, os quais assumem o ônus de serem considerados ausentes em qualquer hipótese desta natureza.
Salvador, 25 de maio de 2021.
CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER PIEDADE

Saúde em risco iminente na Bahia

Ocupação de UTIs sobe, preocupa autoridades e reabertura pode ser impactado

Gil Santos*

REPORTAGEM
gil.santos@redabahia.com.br

O risco de um novo colapso na rede de saúde da Bahia voltou a preocupar as autoridades. Com 83% dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 72% dos leitos clínicos ocupados no estado, tanto o prefeito de Salvador, Bruno Reis, quanto o governador Rui Costa já falam em risco iminente de crise e pedem o apoio da população para evitar o caos.

Bruno Reis, inclusive, afirmou que se os números continuarem a crescer, não será possível evitar um colapso, pois a abertura de novos leitos chegou à sua capacidade máxima. Por conta da situação, a prefeitura estuda recuar a reabertura econômica para a fase roxa. Salvador havia passado para a fase amarela, mais flexível, recentemente.

“Se os números crescerem a partir de agora como ocorreu na primeira onda, dificilmente nós vamos evitar um colapso, porque tanto a prefeitura como o governo do estado já chegaram ao limite máximo de abertura de novos leitos. Não temos mais disponibilidade de locais, de equipamentos, de insumos e de equipes. Saimos de 700 leitos, em conjunto, na primeira onda, para 1.200, quase dobramos a nossa capacidade”, afirmou.

O prefeito, ontem, atualizou os dados da capital. Segundo ele, a ocupação das UTIs na cidade está em 79% e

a dos leitos clínicos em 76%. A taxa de internações nas UTIs pediátricas teve aumento de 11% no último fim de semana e está em 70%.

Além disso, o fechamento das praias aos sábados e domingos não foi suficiente para evitar aglomerações e os números da pandemia continuam subindo. Ontem, a cidade amanheceu com 52 pacientes nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) aguardando transferência, sendo que 10 esperavam por uma vaga na UTI: nove adultos e uma criança; os outros 42 precisavam de acomodação na enfermaria, todos adultos. Além desses, outros 74 pacientes já tinham sido regulados nas 24 horas anteriores.

“Já existe uma grande pressão sobre as UPAs e isso confirma que nós podemos estar diante de uma terceira onda ou de um recrudescimento da segunda onda, ou seja, que ela caiu, estabilizou, e agora voltou a crescer. Mas o fato é que os números começam a preocupar”, afirmou Bruno Reis.

Apesar da quantidade menor de pacientes precisando de UTI, o crescimento no número de pessoas que precisam de vaga na enfermaria é um indicativo igualmente preocupante. Segundo o prefeito, nas duas primeiras ondas, a taxa de ocupação dos leitos de UTI disparou alguns dias depois da taxa dos leitos clínicos começar a subir.

RESTRIÇÕES

O aumento nos números levou o governo do estado e os prefeitos a ampliarem o toque de recolher, que passa a funcionar de segunda à quinta, a partir das 22h, e de sexta a domingo, a partir das 20h. A venda de bebidas alcoólicas estará proibida das 20h de sexta até às 5h de segunda. Além disso, medidas mais duras podem ser tomadas nos próximos dias.

O governador Rui Costa pediu que a população veja a ampliação do toque de recolher como um sinal de alerta,



VALTER PONTES/SECOM PMS

“Já existe grande pressão nas UPAs e isso confirma que podemos estar diante da 3ª onda ou de um recrudescimento da 2ª onda **Bruno Reis**”

Prefeito de Salvador



REPRODUÇÃO

“A ocupação de leitos é consequência. A causa é a contaminação, que está crescente **Rui Costa**”

Governador da Bahia

e que todos se conscientizem que usar máscara e fazer distanciamento ainda é necessário. O gestor contou que pela primeira vez os números da pandemia estão subindo em todas as regiões do estado ao mesmo tempo.

“Quando o crescimento ocorre aos poucos, uma região por vez, é possível ir equilibrando as ações. Mas quando o aumento acontece de uma vez em todas as regiões, não há o que equilibrar e, portanto, a situação se torna mais grave. É preciso que as pessoas ajudem. Essa medida de trazer o toque de recolher para às 20h sexta, sábado, e domingo, é para chamar atenção da sociedade”.

Desde que a pandemia começou, a Bahia registrou 983 mil casos de covid-19, sendo que mais de 20 mil pessoas morreram vítima das complicações provocadas pela doença. Salvador tem 204 mil casos, com 6 mil óbitos.

Tanto Bruno Reis quanto Rui Costa criticaram, sem citar o nome de Jair Bolsonaro, o comportamento do presidente da República e cobraram mais responsabilidade de quem deveria dar o exemplo. No fim de semana, Bolsonaro participou de um passeio com motociclistas no Rio de Janeiro, sem máscara, e em meio a uma aglomeração. O presidente também foi, recentemente, multado por promover aglomeração no estado do Maranhão.

CASOS ATIVOS

Ainda segundo o governador, na sexta-feira (21), os casos ativos estavam em 19 mil. No pico observado em março, chegaram a 22 mil. “Se não fizermos nada, um novo colapso, como o de março, se avizinha”, alertou Rui durante visita ao antigo prédio da Ebal, no Vale do Ogunjá.

Ele disse ainda que o crescimento de casos preocupa mais que a ocupação dos leitos de UTI. “A ocupação de leitos é consequência, não é a causa. A causa é a contaminação”, explicou.

O governador pediu ainda que as pessoas se conscientizem sobre a real situação do Brasil e evitem comparação com outros países, onde a pandemia está controlada. “Estou vendo as imagens dos Estados Unidos, todo mundo tirando máscaras e as pessoas aqui acham que podem tirar também, como se a pandemia tivesse passando”, disse.

*COLABOROU BRUNO WENDEL

Rede hospitalar privada também está sob pressão

A situação na rede privada de saúde também não é animadora. Os sete maiores hospitais de Salvador estão com a ocupação das UTIs em torno de 80%. Veja os dados atualizados ontem: Hospital Santa Izabel, 78%; Hospital Português, 79%; Hospital

Aliança, 74%; Hospital Cardiopulmonar, 76%; Hospital São Rafael, 81%; Hospital Jorge Valente, 82%; e Hospital da Bahia, 81%.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também começou a sentir o aumento da demanda. O co-

ordenador de Urgência e Emergência da capital, Ivan Paiva, teme que ocorra saturação da rede privada, como em março, quando os hospitais particulares ficaram lotados e alguns pacientes aguardaram dentro de ambulâncias, por horas, uma

vaga na UTI.

“É preocupante porque quando a rede privada não consegue mais atender a demanda, os pacientes são direcionados para a rede pública e todo o sistema fica sobrecarregado. As pessoas precisam se cons-

cientizar. Nas outras duas ondas tivemos que acionar nossa reserva técnica de ambulâncias e chegamos a fazer mais de 100 transferências por dia. Estamos nos aproximando novamente desse número”, disse.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

● São 450 mil vidas perdidas. Quantos filhos, quantas mães, pais, irmãos, amigos... Gente que se foi e deixou dor, saudade, indignação. Vou seguir lutando pela arma mais poderosa nessa guerra: a vacina!

Bruno Reis

Prefeito de Salvador, sobe a nova marca de vítimas da covid no país

Sinais de infiltração

Integrantes do Gaeco, grupo do Ministério Público do Estado voltado a combater o crime organizado, detectaram indícios de que membros do próprio MP atuaram para blindar investigações sobre desvios e fraudes em contratos do Detran. Segundo informações obtidas pela Satélite, as suspeitas surgiram após varredura minuciosa nos arquivos de procedimentos criminais direcionados ao órgão estadual de trânsito, cujas apurações nunca foram levadas adiante, mesmo com elementos robustos que apontavam para existência de uma série de esquemas de corrupção no Detran. As pistas já reunidas na devassa feita pelo Gaeco respingam em nomes ligados à ala que, até fevereiro do ano passado, comandou o MP por mais de uma década.

BOCA DE ESPERA

Inicialmente, investigadores escalados para vasculhar esqueletos do Detran engavetados no MP desconfiam que a ofensiva para barrar o andamento de eventuais cercos tinha como objetivo final a blindagem de políticos supostamente beneficiados por contratos milionários do órgão. No entanto, a ordem é agir em absoluto sigilo e avançar no caso apenas com provas materiais incontestáveis.

Ligação de pontas

A suspeita de que nomes graduados do Ministério Público do Estado atuaram para proteger alvos de operações criminosas não é novidade. Em 14 de dezembro de 2020, a ex-chefe do MP Ediene Louzado foi afastada por um ano de suas funções como procuradora de Justiça no âmbito da Faroste. A época, Ediene foi apontada como integrante do chamado Núcleo de Defesa da rede de grilagem e venda de sentenças no Judiciário baiano. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o grupo tinha como papel barrar investigações contra envolvidos no esquema e de vazar dados sobre operações sigilosas. Além dela, o ex-secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, também afastado e exonerado do cargo, faria parte do núcleo.

Dito e desdito

O senador Otto Alencar (PSD) ainda tenta emplacar na CPI da Covid o requerimento de convocação para colocar, frente a frente, Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, e o jornalista Policarpo Júnior, da revista Veja. A estratégia de Otto é que Wajngarten seja confrontado pelo repórter em acareação e deixe patente que mentiu à CPI quando negou ter apontado, em declaração à Veja, a incompetência do Ministério da Saúde na compra de vacinas.

Isca e anzol

Exonerado da Secretaria Estadual de Planejamento nas recentes trocas no alto escalão do governo Rui Costa (PT), o ex-senador pequista Walter Pinheiro é cotado para assumir a direção da Bahia Pesca. A hipótese começou a circular com força ontem entre cardeais da base aliada ao Palácio de Ondina, embora fontes ouvidas pela coluna garantam que a nomeação ainda não está sacramentada.

Ordem de pai

Derrotado na tentativa de se reeleger em 2020, o ex-prefeito de Santo Antônio de Jesus Rogério Andrade (PSD) desistiu de concorrer à Câmara dos Deputados para apoiar o ex-prefeito de Ribeira do Pombal Ricardo Maia, também do PSD. Em vez de apostar no segundo mandato do filho, o deputado estadual Rogério Andrade, planeja ele mesmo disputar vaga na Assembleia em dobradinha com Maia.

Comunidades de Salvador e RMS receberão 8.880 cestas básicas

DOAÇÃO Comunidades baianas de Salvador e região metropolitana serão beneficiadas com a doação de 8.880 cestas básicas e 8.880 kits de higiene e limpeza, em maio e junho. O projeto é da Braskem, que fará as doações.

As 30 comunidades beneficiadas são de Camaçari, Can-deias, Dias d'Ávila, Simões Filho e Ilha de Maré, em Salvador. A expectativa é que sejam 17,7 mil pessoas assistidas com o projeto, que teve um investimento de R\$ 740 mil para a ação realizada na Bahia.

São moradores de regiões vizinhas às unidades industriais da Braskem e que foram diretamente afetadas pela crise social causada pela pandemia da covid-19. Além da Bahia, a empresa também promove iniciativas semelhantes em outros estados.

“É um momento delicado e que necessita da nossa atenção para cuidar das pessoas que mais necessitam de nosso apoio. Desde o ano passado, a Braskem uniu esforços para tentar minimizar o impacto da pandemia e permanece atenta para continuar ajudando as comunidades próximas às nossas fábricas”, afirma Magnólia Borges, gerente de Relações Institucionais da Braskem.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO Nº 002/2021) - A Prefeitura, através da Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, mediante ato da Comissão Especial de Credenciamento nomeada pela Portaria nº. 178/2021 toma público que estará realizando Credenciamento para contratação de Pessoa Física ou Jurídica para o fornecimento de refeições, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Xique-Xique-BA, em conformidade com os ditames da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, em específico no seu Artigo 25, "caput". O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Diário Oficial do Município <http://municioxiquebasia.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-covites/>. A documentação para Credenciamento deverá ser entregue no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Xique-Xique, localizada na Praça Dom Máximo, nº 384, Centro, Xique-Xique-BA, a partir do dia 25/05/2021 até o dia 31/11/2021, das 08h00 às 12h00. As dúvidas quanto ao procedimento de credenciamento poderão ser dirimidas pela Comissão de Credenciamento designada. Cácio Oliveira Dias - Presidente da Comissão Especial de Credenciamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA Nº 005/2021) - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº1686/2021 - A CPL toma público a Licitação, citada, Objeto é a Contratação de empresas especializadas, sob regime de empreitada, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, para Requalificação de Vias Públicas, no Município de Simões Filho, Bahia. A abertura dos envelopes ocorrerá no dia 30/05/2021, às 09:00h, no Auditório da Comissão Permanente de Licitação - COPEL do Município de Simões Filho/BA, situada à Praça 07 de Novembro, nº 359, Centro - Simões Filho - Bahia, CEP 42.700-000. Informações através do telefone: 3299-8299 e na Sala de Copel. Aquisição do Edital através do portal: <http://www.simoesfilho.ba.gov.br>. Isacarla dos Santos Silva - Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021) - A CPL toma público a Licitação, citada, Objeto é a Contratação de empresas especializadas, sob regime de empreitada, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, para VIA DE LIGAÇÃO AV. ORLANDO MOSCOSO COM A AV. WASHINGTON LUIS, no Município de Simões Filho, Bahia. A abertura dos envelopes ocorrerá no dia 15/05/2021, às 09:00h, no Auditório da Comissão Permanente de Licitação - COPEL do Município de Simões Filho/BA, situada à Praça 07 de Novembro, nº 359, Centro - Simões Filho - Bahia, CEP 42.700-000. Informações através do telefone: 3299-8299 e na Sala de Copel. Aquisição do Edital através do portal: <http://www.simoesfilho.ba.gov.br>. Isacarla dos Santos Silva - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES
AVISO DE LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021)
A Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues toma público que abriu Licitação na modalidade Tomada de Preços no 002/2021, Contratação de empresa para revitalização da Praça de São Bento Convênio nº 6048/2020, Contrato nº SIMCONV DE REPASSE OGU 899965/2020, a ser realizada no dia 18 de junho de 2021, às 09:00 (nove) horas. Edital e Anexos disponíveis através do site: www.ameliarodrigues.ba.gov.br
Duciene Boaventura Guimarães - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE NOVO - BA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 017/2021 - BB Nº 874490 - Objeto: Prestação de serviços de coleta do lixo hospitalar deste município de Tanque Novo, Sessão Pública: 09.06.2021, às 09h.
Pregão Eletrônico nº 025/2021 - BB Nº 874482 - Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos destinados às manutenções de bombadotes, geradores, motores e inversores deste município.
Sessão Pública: 10.06.2021, às 09h.
Sessão no site www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível em <http://www.portal.gov.br/transparencia/prefeitura-tanque-novo/licitacoes/edital>. Maiores informações de segunda à sexta das 08h às 12h. Telefone: (77) 3695-1162. E-mail: cpl.tanquenovo@gmail.com. Endereço: Avenida do Contorno, Centro, Tanque Novo/BA, em 25.05.2021. Thays Moraes Meira Oliveira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
AVISO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESA - Nº 003/2021. CREDENCIAMENTO n. 003/21-PROC nº. 505/2021 Objeto: Credenciamento de empresas no ramo de farmacêutico/químico, estabelecidas no município, objetivando o fornecimento de medicamentos com descontos pre-definidos (3%) sobre o preço da CMED/ANVISA para o atendimento de pacientes cadastrados na farmácia especializada da secretaria municipal. Destinam a atender à necessidade da garantia de tratamento medicamentoso aos pacientes devidamente cadastrados na secretaria municipal de saúde, em acompanhamento/tratamento médico pelo SUS, medicamentos estes que não constam do ANEXO I da portaria nº 2.892/2008 RENAME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que, após análise detalhada dos documentos apresentados (PROC. nº 2044/2021), considera a empresa CENTRALFARMA COMERCIAL LTDA, APTA a ser credenciada. Face ao exposto, fica aberto o prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis a partir desta data. Paulo Afonso-Ba, 24/05/2021. Kalyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPE
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2021 O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambupe toma público que às 09h00 do dia 08/06/2021, no Salão da Secretaria Municipal de Educação do Município de Inhambupe, localizada na Praça Cônego Maximiano S/N, (Antigo Fórum), Centro, Inhambupe - Bahia, receberá propostas de preços destinadas à Registro de Preços para a aquisição de móveis de escritório diversos, destinados à estruturação física das diversas Unidades Administrativas do Município de Inhambupe, para futuras contratações de acordo com a conveniência e necessidades da Administração Pública Municipal. Menor Preço por Lote. O Edital estará disponível gratuitamente no site www.doem.org.br/ba/inhambupe. Maiores informações poderão ser obtidos com a Comissão Permanente de Licitação, das 08h00 às 14h00, pelo Fone (75) 3431-2470 ou pelo E-mail: licitacao@inhambupe.ba.gov.br - Inhambupe, 24 de maio de 2021. Lourival de Oliveira Rocha Filho - Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2021, ID: 874161 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 09/06/2021, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: LIDOCAINA, VIGABATRIN, LEVETIRACETAM, etc. "REGISTRO DE PREGO". Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: priscila.doliveira@saude.ba.gov.br ou telefone: (71) 3115-6334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400, Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 24/05/2021. Priscila de Oliveira - Pregoeira (a) Oficial.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021 - ID 874442 - SESAB/HOSPITAL ESPECIALIZADO OCTAVIO MANGABEIRA. A Pregoeira Oficial comunica aos interessados que a licitação acima referenciada, cujo objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E DE REPARO DE EQUIPAMENTOS EM GERAL, COM REPOSIÇÃO EVENTUAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NA CAPELA DO FLUXO LAMINAR. Família: 04.20. Abertura: 08/06/2021 às 14:00h. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados deverão entrar em contato pelo telefone: (71) 3117-1634, e-mail: hem.copel@saude.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:30h no endereço: Praça conselheiro João Alfredo, s/nº, Pau Miúdo, Maria Cristina Teixeira dos Reis Silva - Pregoeira, Salvador, 24 de maio de 2021.
SESAB

EDITAL DE CONVOCACÃO
SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES VIAJANTES E PRACISTAS DO COMÉRCIO NO ESTADO DA BAHIA, sediado à Rua Boulevard Suíço, 228, Nazaré - Salvador-Ba. O Presidente da Entidade supra, no uso de suas atribuições que lhe conferem os Estatutos, convoca os Associados quíles e em condições de votar para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada dia 16/06/2021 às 08h, na sede social no endereço acima, não havendo na hora indicada número suficiente de associados para instalação dos trabalhos em 1ª convocação, será realizada 01 hora após, em 2ª convocação com qualquer número dos associados presentes, não havendo quórum, nova Assembleia Geral Extraordinária será realizada 10 dias após essa data, em 20/06/2021, às 08h, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do Dia: a) apreciação, deliberação e votação relativas à autorização para Alienação dos bens imóveis situados na Praça da Sé, Edif. Thermis, sala 504, Salvador-Ba e à Av. Getúlio Vargas, nº 2.169, Centro, Feira de Santana-Ba, nos termos do parágrafo 1º do artigo 60 do Estatuto Social. Salvador, 25/05/2021. Marcos Antonio Sousa Pereira - Presidente.

COMUNICADO
A fim de efetivar a ampla publicidade disposta no §3º, artigo 554, do Código de Processo Civil, registre-se, por meio deste veículo de comunicação, que a ação de reintegração de posse nº 0500353-72.2015.8.05.0250, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Simões Filho, ajuizada pela Vale Manganés S/A em face de OSCAR FERREIRA DOS SANTOS e outros, que tem por objeto duas áreas contíguas de propriedade da autora, registradas perante o 1º Ofício do RGI de Simões Filho, uma situada no Sítio Paramirim (matrícula nº 353) e a outra denominada Imóvel Paramirim (matrícula nº 352), foi composta, mediante acordo efetuado entre as partes em 04/09/2018, constante dos autos digitais.
Assim, na intenção de obter a homologação necessária para que o acordo possa emanar os seus efeitos - nos termos e condições estabelecidos nos autos de referida ação - aos ocupantes das áreas e a consequente reintegração da posse em favor da Vale Manganés S/A, com o objetivo de pôr fim à lide, bem como certificar que as partes nada mais tenham a reclamar, é que se dá a presente divulgação do pactuado entre as partes.

Com hospitais lotados, Feira de Santana enfrenta caos

PANDEMIA Feira de Santana, maior cidade do interior da Bahia, vive um cenário de colapso no sistema de saúde. O prefeito Colbert Martins Filho afirmou ontem que todos os leitos clínicos e de UTI da rede municipal e privada destinados a pacientes infectados pelo coronavírus estão ocupados. Nas unidades estaduais, o cenário também preocupa. De acordo com os números da Central Integrada de Comando e Controle da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado, o Hospital de Feira de Santana tem ocupação de 87% dos leitos clínicos e 100% na UTI, enquanto o Hospital Geral Clériston Andrade está com 93% na taxa de ocupação das enfermarias e 92% nas unidades de terapia intensiva.

CASOS

42,8

mil são os casos confirmados na cidade, que é a segunda com o maior número de ocorrências no estado, segundo a Sesab

O cenário também é grave no Hospital Estadual da Criança, que não tem mais nenhuma vaga de UTI pediátrica e já possui 81% de taxa de ocupação nas enfermarias.

Segundo o prefeito, houve um aumento considerável no número de pacientes que precisaram de internação após o Dia das Mães. “Não adianta abrir leitos quando a população não se cuida. Por isso fica o alerta: mesmo vacinado, é preciso usar máscara e respeitar o distanciamento social. Nada de festas, nada de aglomeração”, destacou o prefeito.

Colbert alertou ainda para a importância de se vacinar, já que é a única forma de reduzir as complicações provocadas pelo vírus, mas alertou que a cidade tem recebido poucas doses.

“Vemos como exemplo a cidade de Alagoinhas, que com pouco mais de 150 mil

habitantes recebeu 5.850 doses da vacina Pfizer, isso representa 3,84% da população. Enquanto Feira de Santana com mais de 600 mil habitantes recebeu apenas 7.350 doses, que representa 1,18% da população. É totalmente desproporcional, precisamos de uma distribuição justa. Precisamos receber mais doses”, criticou.

Em Feira, a primeira dose está sendo aplicada em trabalhadores da Educação, limpeza pública, transporte rodoviário, pessoas de 57 anos e pessoas com comorbidade acima de 18 anos. Já a segunda dose continua sendo aplicada em todas as unidades de saúde, incluindo as da zona rural.

De acordo com a prefeitura de Feira, a taxa de óbito na cidade continua em 1,83% - na Bahia, essa taxa é de 2,08%; no Nordeste, 2,46%; e no Brasil, 2,79%.

ITABUNA CONSULTA SOBRE RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

PELA INTERNET A prefeitura de Itabuna, no sul da Bahia, abriu uma consulta pública para ouvir a população e a comunidade escolar sobre a possibilidade de retorno das aulas presenciais nas escolas da rede pública municipal e da rede particular diante da situação de pandemia do novo coronavírus. A pesquisa é realizada por meio de formulário disponível no site oficial da prefeitura de Itabuna e no endereço eletrônico do Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM). O formulário estará disponível até amanhã.

COVID-19

17.462

é o número de casos ativos de covid-19 no estado, segundo o boletim divulgado ontem pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Até agora são 984.967 casos confirmados e 20.499 mortes. O número de casos novos em 24h foi de 1.380, com 71 óbitos

Sindicato mantém indicativo de greve

PROFESSORES O Sindicato dos Professores no Estado da Bahia (Sinpro-BA) decidiu não deflagrar uma greve da categoria e manter a orientação de não retornar ao modelo semipresencial após assembleia virtual realizada ontem. Cerca de 100 professores participaram da reunião e 79% dos votantes da

rede privada foram a favor de manter o indicativo de greve, mas não deflagrá-la no momento. A posição do sindicato é de que as aulas presenciais ocorram apenas com a imunização completa da categoria, prevista para agosto, quando se completa o ciclo vacinal dos imunizados com a AstraZeneca. Durante a

reunião, os professores mostraram preocupação com os casos de covid que já foram registrados em escolas da cidade. Além disso, também houve reclamação quanto à transparência para comunicar os casos confirmados nas instituições. Uma nova assembleia foi marcada para a próxima terça-feira (1º).

ESPECIALISTA ALERTA PARA VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE

LEMBRETE Com a chegada das estações mais frias, aumenta a probabilidade de as pessoas contraírem doenças respiratórias e, durante a pandemia de covid-19, os cuidados devem ser ainda maiores para evitar agravamento dos casos.

A infectologista da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Adielma Nizarala, ressalta a importância da vacinação contra a gripe. “A campanha contra a Influenza continua e é importante tomar a vacina, não apenas para evitar a contaminação por essa doença, especialmente neste período, como também para que possamos diferenciar com rapidez os diagnósticos de Covid e de H1N1.”

A campanha segue em Salvador nos 109 postos de saúde, das 8h às 16h. Já na segunda etapa, contempla crianças com idade entre seis meses e menores de seis anos, gestantes, puérperas, trabalhadores da saúde, professores da rede pública e privada, além dos idosos com idade igual ou superior a 60 anos. Já o drive-thru do Shopping Barra atende exclusivamente professores e idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

Os grupos prioritários que já receberam a vacina contra a covid-19 precisam se atentar para a aplicação do imunizante contra a gripe.

COMUNICADO
Senhora TATIANA AUGUSTA DE CASTRO, sócia da Serv Fort Segurança. Entrar em contato com Dr. Tito Cavalcanti Tel.: 98688-7755, referente processo de seu interesse, sob pena de revella.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ - CNPJ N: 13.858.675/0001-18
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2021
A CPL da PM de Nova Canaã - BA realizará licitação em 09 de Junho de 2021 às 08:00hs, em sua sede para Construção de uma academia intermediária (academia de saúde). Edital na sede. T: (73) 3207 2630. Divulgação dos outros atos- Diário Oficial-site: www.novacanana.ba.gov.br. Ana Paula M. da Silva - 24/05/2021 - Presidente CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2021
A CPL da PM de Nova Canaã - BA realizará licitação em 10 de Junho de 2021 às 08:00hs, em sua sede para executar serviço de Pavimentação em Paralelepípedo na Rua Antônio Rodrigues dos Santos na Sede do Município de Nova Canaã - Bahia. Edital na sede. T: (73) 3207 2630. Divulgação dos outros atos- Diário Oficial-site: www.novacanana.ba.gov.br. Ana Paula M. da Silva - 24/05/2021 - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABELA
CNPJ N: 16.234.429/0001-83
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 13A/2021
O MUNICÍPIO DE ITABELA, através da sua Pregoeira Oficial, torna público que no dia 08/06/2021, às 09:00, no endereço Av. Manoel Carneiro 327, Centro, Itabela-Bahia, serão recebidas propostas relativas ao PREGÃO PRESENCIAL SRP 13A/2021, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada no que lanche ao fornecimento de Kits de Diagnóstico Rápido COVID 19, para atender aos municípios junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Itabela. Os interessados poderão fazer a leitura do edital e adquirir - no endereço eletrônico <https://www.itabela.ba.gov.br>. As demais fases do certame serão publicadas no Diário Oficial do Município. Itabela-BA, 24 de Maio de 2021 - Câmara de Souza Pinna - Pregoeira Oficial

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 14.855.787/0001-88
CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL
O Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CREMEB n.º 137/2015, julgado na 1ª Câmara do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, torna pública a aplicação da penalidade de **CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL**, prevista na alínea "c" do art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 1º, 2º, 3º, 6º, 22, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1531/2009) que correspondem aos artigos 1º, 2º, 3º, 6º, 22, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2217/2018) ao DR. REMÍTON LOBO SARMENTO, inscrito neste Conselho sob nº 11.127.
Salvador, 18 de maio de 2021. Cons. Otávio Marambaia dos Santos - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
AVISO DE SESSÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTAS COMERCIAIS. TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 531/2021 - SMSOBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA OFICINA ORTOPÉDICA CER IV NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS - BAHIA. A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08/04/2021 às 10h00min (horário de Brasília), sessão para dar continuidade ao julgamento da licitação Tomada de Preços nº 002/2021, com a abertura dos envelopes de proposta de preços das empresas habilitadas. Teixeira de Freitas, 05 de abril de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2021 - SRP PROCESSO Nº 081/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1036 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO HEMODINÂMICO, para atender a demanda da alta e média complexidade - HMITF, de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas. DATA DA SESSÃO: 19/06/2021 às 08h30min, horário de Brasília. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados através do e-mail: copel-pmf@yahoo.com. O acesso ao edital será através do endereço eletrônico <http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br>, "transparência", "Editais de Licitação", "Editais Baixar". Teixeira de Freitas/BA, 24 de maio de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON
AVISO DE LICITAÇÃO Aviso de Licitação: Edital: Pregão Eletrônico nº 040/2021. Abert.: 07/06/2021 às 15:00h. Através do site www.licitacoes-e.com.br. Obj: Registro de preço para eventual aquisição de motocicletas tendo como finalidade atender as necessidades da secretaria municipal de planejamento e fazenda. Edital e demais informações e atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon, no site: <http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon> e no site: www.licitacoes-e.com.br. T: 74 3627-2121. Wesley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÉRICO CARDOSO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009-2021 - BB Nº 869302
Processo Administrativo Nº 069-2021 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de peças, equipamentos e acessórios, todos novos, destinados à manutenção de veículos leves, utilitários e pesados da frota da Prefeitura Municipal de Erico Cardoso no exercício de 2021. Abertura das propostas: 08/06 às 09:00 e início da disputa de preços: 08/06 às 10:00, no site: www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br, mediante solicitação pelo e-mail: licitacoes.ec@gmail.com, ou no site: http://www.ericocardoso.ba.gov.br/diario_oficial. Maiores informações de segunda à sexta das 08h00min às 12h00min. Telefone: (77) 3677-2100. Endereço: Praça da Matriz, Centro, Erico Cardoso/BA, em 24.05.2021 - Pregoeiro - Renan Felix dos Santos - Decreto nº 050/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2021
O MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais legislações correlatas, torna público que no dia 08 de Junho de 2021 às 09h00min, PREGÃO PRESENCIAL do Tipo Menor Preço Por Item, para a contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de consultas, exames e procedimentos médicos oftalmológicos, conforme especificações constantes no anexo I. Maiores informações junto ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, pelo telefone Fone (77) 3647-2151. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: <http://pmbiatiara.defem.com.br> Manoel L. Gomes. Pregoeiro Oficial.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ 14.855.787/0001-88
CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL
O Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CREMEB n.º 23/2016, julgado na 4ª Câmara do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, torna pública a aplicação da penalidade de CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, prevista na alínea "c" do art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 1º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1931/2009), que correspondem aos artigos 1º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2217/2018) ao DR. VALDIR ALVES LINO, inscrito neste Conselho sob nº 10.513.
Salvador, 18 de maio de 2021.
Cons. Otávio Marambaia dos Santos - Presidente.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
CONVITE Nº 08/2021
O SENAC - DR/BA torna público o Edital da CONVITE nº 08/2021.
OBJETO: contratação de empresa especializada para execução dos serviços reforma da plataforma metálica, dutos e chapéu chinês do Centro de Educação Hoteleira SENAC Pelourinho (CEH/PEL), localizado na Rua José de Alencar, nº13/19, Pelourinho, Salvador/BA. **Abertura da Sessão:** Dia 03.06.2021, às 14h30 (horário local). Local: Avenida Tancredo Neves, nº 1.109, Edifício Casa do Comércio, 10º andar - Caminho das Árvores, Salvador/BA - Sala de Reunião do SENAC. Os interessados poderão adquirir o Edital na Coordenação de Licitações e Contratos do SENAC ou através do e-mail: comissao.licitacao@ba.senac.br, e obter informações pelo telefone (71) 3192-3809/3816 ou FAX (71) 3273-9722, nos horários de 09h às 12h30min e 14h30min às 17h, dias úteis.
Salvador, 25 de maio de 2021.

Mais*

A AMPLIAÇÃO DA MALHA DA GOL É UMA DAS APOSTAS DO SETOR PARA RETOMADA DO TURISMO

NARA GENTIL



Turistas no Centro Histórico: apesar da pandemia, Salvador segue como um dos principais destinos do país

Salvador monta plano para retomar turismo

Capital baiana investe em divulgação e parceria com empresa aérea para aquecer setor

Wendel de Novais*

REPORTAGEM
wendel.novais@redabahia.com.br

Com números relativos à pandemia melhores que de outras capitais, o setor de turismo de Salvador segue se empenhando para apresentar a cidade como um destino seguro e repleto de opções de lazer. Com foco nos turistas nacionais, o poder público e a iniciativa privada estão realizando uma série de ações promocionais para divulgar a capital baiana e assim "seduzir" os que buscam um local para passear. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), por exemplo, promove, no mês que vem, atividades em parceria com a Gol, que transformou Salvador em um de seus hubs, estabelecendo 44 conexões nacionais mensais com a cidade.

"Nesse hub da Gol, milhares de pessoas passarão pelo aeroporto de Salvador para fazer uma conexão. O que a gente propôs foi a expansão

da conexão. Ao invés de passarem horas, as pessoas podem passar dias sem pagar uma nova passagem e ganhar entradas gratuitas em equipamentos da prefeitura como incentivo para explorar a cidade", diz Fábio Mota, titular da Secult, acrescentando que a proposta está bem "encaminhada".

O turismo é um dos setores mais afetados pela pandemia em todo o mundo e, em Salvador, não é diferente. Segundo a Secult, de janeiro a abril de 2020, a cidade recebeu 2,4 milhões de visitantes. Já no mesmo período deste ano, este número ficou em 1,5 milhão. Vale lembrar que 84% da renda do município vem da área de serviços que, por sua vez, tem 30% das suas atividades ligadas ao setor de turismo.

Fábio Mota informou ainda que está previsto, em parceria com a Gol, o treinamento de agentes e operadores de turismo de cidades com mais embarques de turistas para Salvador. "A intenção é colocar Salvador na vitrine. Te-

mos uma cidade qualificada e vamos promovê-la. Vivemos um momento onde as viagens internacionais desapareceram. Então, montamos uma estratégia de atração do turismo interno, seja ele do interior ou do resto do país", explica Mota, que vê como ponto de exploração os voos diretos para cidades como Ilhéus, Porto Seguro, Barreiras e Vitória da Conquista estabelecidos com a ampliação de conexões da Gol.

Ainda em junho, a Secult e a Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) vão promover 20 programas com historiadores e guias turísticos, que vão simular passeios em praias, ambientes culturais, centros gastronômicos e locais para esportes náuticos, que estão disponíveis para visitação respeitando os protocolos sanitários. As transmissões ocorrerão no perfil do facebook do Visit Salvador da Bahia.

PROMOÇÕES

Segundo Silvío Pessoa, presidente da Federação de Turis-

“A intenção é colocar Salvador na vitrine. Vivemos em um momento onde as viagens internacionais desapareceram. Então, montamos uma estratégia de atração do turismo interno, seja ele do interior do estado ou do resto do país Fábio Mota

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

mo da Bahia, tem sido feito todos os esforços possíveis para manter os estabelecimentos abertos. "Muitos hotéis estão fechados e há uma grande perda de postos de trabalho, mas o setor tem tentado seguir. O trabalho está focado nos turistas nacionais e também do interior do estado", afirmou.

Já Jorge Pinto, vice-presidente da Abav, conta que não tem faltado empenho dos agentes de turismo. "As agências estão se virando como podem. Fazem promoções, eventos. Elas investem em divulgação e até criaram pacotes adaptados ao momento na tentativa de reaver os turistas perdidos", conta.

É o caso, por exemplo, da agência Bahiatravel que, em parceria com alguns hotéis, ampliou a diária para 32 horas e criou pacotes com pets incluídos. "Criamos projetos como 'Meu escritório é na praia', onde os hóspedes podem trabalhar com toda estrutura de internet, num local reservado e silencioso. Aderimos à tendência de estruturação para atender famílias com pets. Estamos sempre atentos às necessidades do público, que a cada dia têm mudado", diz Michele de Souza, gerente comercial.

O setor hoteleiro segue o mesmo caminho. "Além de um volume de divulgação em plataformas digitais muito grande, o segmento tem se movido para garantir oportunidades que sejam bem vistas por possíveis hóspedes. Há muitos hotéis, por exemplo, que fazem promoções em que o cliente compra três noites e ganha uma de graça, incluindo as refeições", informa Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-Bahia).

Viviane Pessoa, diretora de marketing e vendas do Gran Hotel Stella Maris, diz que, desde o retorno das operações no ano passado, o hotel está se reinventando. "Pensando que agora o cliente fica mais no hotel, criamos, por exemplo, tarifas mais competitivas e incluímos uma ou duas refeições para evitar que o cliente precise circular para se alimentar", afirma.

*SOB SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Tribuna

Brasil deverá ter moeda digital emitida

KELLY OLIVEIRA – REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASÍLIA

O Brasil poderá ter uma moeda digital emitida pelo Banco Central (BC), como uma extensão da moeda física. O BC anunciou, hoje (24), em Brasília, as diretrizes para a criação da moeda no país.

Em nota, a instituição disse que “tem promovido discussões internas e com seus pares internacionais visando ao eventual desenvolvimento” da

moeda. Segundo o BC, a moeda deve “acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira”.

O coordenador dos trabalhos sobre a moeda digital do Banco Central, Fabio Araujo, explicou a moeda digital será diferente das criptomoedas. “Os criptoativos, como o Bitcoin, não detém as características de uma moeda mas sim de um ativo. A opinião do Banco Central sobre criptoativos continua a mesma: esses são ativos arriscados, não regulados pelo Banco Central, e devem ser tratados com

cautela pelo público”, disse.

Ele acrescentou que a moeda será garantida pelo Banco Central e a instituição financeira vai apenas guardar o dinheiro para o cliente que optar pela nova modalidade.

Entre as diretrizes estão a ênfase na possibilidade de desenvolvimento de modelos inovadores a partir de evoluções tecnológicas, como contratos inteligentes (smart contracts), internet das coisas (IoT) e dinheiro programável; a previsão de uso em pagamentos de varejo; e a capacidade para realizar operações

online e eventualmente operações offline.

A distribuição ao público será intermediada por custodiantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sem remuneração às instituições financeiras pelo BC.

Também deverá ser garantida a “segurança jurídica em suas operações” e a “adequência a todos os princípios e regras de privacidade e segurança determinados, em especial, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 (sigilo bancário), e pela Lei Geral de

Proteção de Dados Pessoais”.

De acordo com o Banco Central, a tecnologia de criação da moeda deve “seguir as recomendações internacionais e normas legais sobre prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, inclusive em cumprimento a ordens judiciais para rastrear operações ilícitas”. A moeda também deve permitir pagamentos em outros países.

PANDEMIA

Mercado de flores faturou quase R\$ 10 bilhões

LILY MENEZES
ESTAGIARIA

Se as pessoas precisaram parar por conta da pandemia e se recolheram em suas casas, lá fora a natureza continua a fazer seu trabalho. Num tempo em que a tristeza parece ser a principal emoção nesses meses tão complicados, cuidar de flores e plantas se tornou uma atividade que ajuda a relaxar e distrair durante o distanciamento. Para mais de um milhão de pessoas, a floricultura é uma forma de ganhar a vida, seja na produção ou na venda. Embora a profissionalização e o dinamismo desse mercado sejam mais recentes, o setor de flores e plantas ornamentais vem con-

quistando bons resultados e é uma engrenagem importante na economia do país. Um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor) revela que o lucro em 2020 foi de R\$ 9,5 bilhões, com um crescimento de 10,7% se comparado com o ano antes da crise sanitária. "Nos últimos cinco anos, o setor ornamental tem obtido um crescimento bastante aceitável, considerando que a verba de marketing e propaganda tem sido muito baixa, e é nula quando se trata de promover o setor como um todo", avalia Kees Schoenmaker, presidente do Ibraflor. A entidade é mais cautelosa quanto ao crescimento para 2021, projetando 5% de incremento.

Holambra em flor

O universo das flores e plantas movimenta cerca de 8 mil produtores em todo o país, que cultivam 2,5 mil espécies ornamentais com mais de 17 mil variedades. A Bahia está em oitavo lugar no ranking nacional de produção da floricultura, empregando uma média de 12 mil pessoas; o setor costuma movimentar R\$ 300 milhões por ano. A cidade de Maracás, na região centro-sul, se destaca especialmente por suas rosas, que abastecem parte das floriculturas do Estado; também há produção em Vitória da Conquista, Feira de Santana e na região da Chapada Diamantina. Porém, São Paulo é de longe o esta-

do onde o mercado de flores e plantas é mais forte: dos R\$ 9,5 bi movimentados, R\$ 3,46 são gerados por lá. É em São Paulo que fica Holambra, também chamada de "Capital das Flores", de onde saem muitas das flores e plantas que abastecem os estabelecimentos do Brasil. Um deles fica no começo da Avenida Bonocô e nunca está vazio: a Holambelo, que vende seu catálogo por atacado há mais de trinta anos e possui oito unidades pelo país. Um pouco mais a frente fica a Agroflores, que também recebe os produtos diretamente de Holambra.

Crescimento em vaso

Com o cancelamento de casamentos, formaturas e outros tipos de eventos, as chamadas "flores de corte", caso das rosas e crisântemos, acabaram tendo uma perda no setor de varejo que chegou a 20%; em Maracás, produtores relataram ter jogado maços inteiros de flores no lixo por falta de escoamento da plantação. Assim, as plantas ornamentais, como jibóias e samambaias, e as flores em vasos, como as orquídeas e kalanchoe (flor bem pequena e levemente dobrada) se tornaram as favoritas na hora da compra. Juntas, elas representaram 68% da produção nacional mais recente. Segundo o Ibraflor, as flores de corte se tornaram inviáveis para a exportação por conta do enfraquecimento do real. "O Brasil está exportando apenas bulbos e mudas. O envio de flores cortadas para o exterior parou há uns dez anos, devido aos altos custos, ao câmbio desfavorável e ao mercado interno aquecido". Na Holambelo, as plantas ornamentais costumam chegar de duas a três vezes por semana, e os preços variam de acordo com a espécie desejada.

362 mil baianos não entregaram a declaração

YURIABREU
REPORTER

Faltando menos de uma semana para a entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) – a data final é 31 de maio – 362.890 baianos ainda precisam acertar as contas com o “Leão”, já que ainda não entregaram o documento de ajuste anual. Até às 16h40

desta segunda-feira, já foram entregues na Bahia 914.110 declarações. A estimativa da Receita Federal no estado é de que 1.277.000 sejam entregues até às 23h59 da próxima segunda-feira.

De acordo com o órgão arrecadador, quem não entregar o documento até o prazo final receberá, inicialmente, uma multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso,

calculada sobre o total do imposto devido apurado na declaração, ainda que integralmente pago, sendo que o valor mínimo é de R\$ 165,74 e o valor máximo é de 20% do imposto sobre a renda devido. A punição começa a valer a partir do dia 1º de junho e será válida até o mês em que a declaração for entregue ou, no caso de não apresentação do documento, do lançamen-

to de ofício.

“Fora isso, o contribuinte que deixou de entregar alguma Declaração do Imposto Renda da Pessoa Física (DIRPF) a que estava obrigado em pelo menos um dos últimos cinco anos ficará com seu CPF ‘pendente de regularização’, com todas as consequências para quem necessite do CPF”, informa a Receita Federal.

Por **Andrea Jubé**

Jornalista e advogada, começou a acompanhar de perto os bast... [ver mais](#)

Agronegócio não teme o PT, diz Wagner

Por votação, Fávaro elimina pontos polêmicos

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Enquanto a CPI da Covid concentra os holofotes e tensiona o ambiente político, avançam nos bastidores as articulações em torno de outro ecossistema: o meio ambiente e a agenda fundiária.

O Senado pode retomar nos próximos dias a votação do projeto de regularização de terras públicas, retirado da pauta há um mês após pressão dos ambientalistas.

O mesmo grupo tenta impedir que o controvertido projeto que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental aprovado há dez dias pelos deputados comece a tramitar no Senado.

Por votação, Fávaro elimina pontos polêmicos

Na semana passada, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Jaques Wagner (PT-BA), recomendou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que não coloque a proposta em pauta.

Questionado se pretende promover audiências públicas sobre a matéria na comissão, Wagner respondeu à coluna que gostaria que o projeto nem tramitasse na Casa. “Aquilo é um absurdo, espero que não avance. É um direito do presidente não pautar, ele reúne o colégio de líderes, comunica que não vai pautar”, propõe o senador.

Há um mês, o petista também articulou junto com a bancada do partido e grupos de ambientalistas a retirada de pauta do projeto de lei do senador Irajá Abreu (PSD-TO) de regularização fundiária, inspirado em medida provisória que caducou na Câmara há um ano.

O projeto estende para todo o país as normas hoje restritas à Amazônia Legal, amplia até 2012 o marco temporal para a comprovação da ocupação da terra, e abrange propriedades com até 2,5 mil hectares.

Para Wagner, o projeto é um “retrocesso” porque não seria necessária uma nova legislação para regularizar a terra pública em poder dos pequenos proprietários. Alega que se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tivesse estrutura, poderia regularizar 85% dessas propriedades com base no programa Terra Legal, de 2009.

“É impróprio tratar disso neste momento em que o Brasil está na contramão do mundo na área ambiental. Isso é cavalo de Troia para outros interesses”.

Wagner reconheceu, entretanto, que o relator da matéria, senador Carlos Fávaro (PSD-MT), mostrou disposição ao debate, acompanhou as audiências públicas das comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, e, no fim, concordou em rever pontos polêmicos do relatório.

À coluna, Fávaro ponderou que não quer politizar o assunto. “Não se trata de uma lei do governo Lula ou do governo Bolsonaro, nosso objetivo é avançar para entregar uma legislação mais moderna e efetiva”. Representante de um Estado vocacionado ao agronegócio, Fávaro argumenta que se a lei em vigor bastasse, não existiriam “300 mil famílias à espera do título de suas terras, que dependem do documento para fazer financiamento, comprar equipamentos”.

Para viabilizar a retomada da discussão e votação do projeto, Fávaro concordou em rever quatro pontos de seu relatório, e antecipou um deles à coluna: vai suprimir o dispositivo que definia infração ambiental como conduta lesiva ao meio ambiente comprovada somente após o esgotamento das vias administrativas. O item foi um dos que mais geraram dúvidas e controvérsia na discussão da matéria.

À frente da Comissão de Meio Ambiente, Jaques Wagner relata que tem mantido canal aberto de interlocução com lideranças do agronegócio, e que muitos produtores estão conscientes de que as pautas que implicam risco ambiental não interessam a eles.

“É a pauta dos imediatistas, querem arrombar a porteira, mas depois não terão com quem comercializar os seus produtos. Sabem que não adianta produzir aqui se a imagem lá fora é de que foi produzido em cima de degradação”.

Descarta que lideranças do agronegócio, segmento que apoia majoritariamente o presidente Jair Bolsonaro, temam a eventual vitória nas eleições do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela retomada das invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

“Desconheço esse medo”. O senador afirma que tem dialogado intensamente com produtores rurais, agora com mais frequência por causa da presidência do colegiado, e não sente esse receio. Acrescenta que mantém conversas com produtores rurais na Bahia, e nunca sentiu essa resistência ao PT, que governa o Estado há 15 anos. “Na Bahia tem algodão, tem soja, tem frango, tem uma porção de coisas, se eles têm medo da gente, é descabido”.

Sobre o MST, Wagner defende um ponto de equilíbrio. “A gente não vai querer que ninguém fique ocupando terra produtiva, assim como não quero que o agronegócio fique degradando ou desmatando. Os movimentos sociais vão conviver com a gente enquanto tiver discrepância social, isso não depende do Lula”.

O petista também quer dialogar com o governo sobre hidrogênio verde, e vai procurar o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para tratar do tema, que já começou a debater com empresários baianos e alemães, e está na ordem mundial.

“O Brasil tem tudo para produzir hidrogênio verde: temos biomassa, água salgada, água doce, energia limpa.

O tema está no radar do governo. Em abril, Albuquerque foi um dos palestrantes do 1º Congresso do Hidrogênio para a América Latina e o Caribe. O setor privado está fechando negócios no Brasil. O grupo australiano Fortescue assinou memorando de entendimento com o Porto do Açú, no Rio de Janeiro. A também australiana Enegix Energy e o governo do Estado do Ceará deram os primeiros passos para estabelecer um “hub de hidrogênio verde” no Porto de Pecém.

Wagner descarta convite ou convocação do ministro Ricardo Salles, alvo de investigação da Polícia Federal por suspeita de exportação de madeira ilegal. “Não sou empolgado com isso, a gente fica no bate-boca, ele só fala o que quer, e não

resolve nada. Se tiver denúncia, melhor deixar para o Ministério Público investigar, prefiro as audiências públicas, que são mais esclarecedoras”.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail: andrea.jube@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em dezembro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mantenha a eficiência que o campo exige

MERCEDES-BENZ PEÇAS E SERVIÇOS



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... ver mais

BC ainda tem muitas dúvidas sobre a inflação

Dados de emprego são falhos para prever os preços dos serviços

24/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central parece estar ainda com muitas dúvidas sobre como vai se comportar a inflação daqui por diante, a julgar pelo que andaram dizendo alguns de seus membros nas última semanas.

Numa live do banco Credit Suisse, o diretor de política monetária do BC, Bruno Serra Fernandes, abriu o jogo sobre as duas frentes que podem fazer a inflação subir ou

descer: as pressões de oferta e de demanda. Em ambos os casos, pode haver surpresas, para o bem ou para o mal.

Dados de emprego são falhos para prever os preços dos serviços

Do lado da oferta, ele citou a alta dos preços das commodities em geral e, em particular, do petróleo, que ocorreu em paralelo com uma depreciação cambial. O diagnóstico do Copom é que essa alta é temporária, ou seja, a inflação sobe, mas depois desce. O nível de preços da economia ficaria mais alto e a população teria uma perda de renda real ao fim desse processo, mas lá adiante a inflação voltaria para a meta, que é a forma comum de julgar o trabalho dos BCs.

Serra, porém, mencionou a possibilidade de recuo dos preços. Ele apresentou um gráfico com o índice de cotações de commodities, o chamado CRB, corrigido pela inflação do consumidor e pela taxa de câmbio. No começo do século, esse indicador esteve mais alto, mas durante 15 anos, até 2019, ficou bastante estável. Mais recentemente voltou a subir bastante. “A tendência é que esse tipo de choque tenha uma reversão à média”, disse Serra. “Ou pelo menos que tenha uma estabilidade. É difícil extrapolar esse choque no tempo.”

Serra apresentou, ainda, a tese de que a alta das commodities é um choque de oferta, mas que não pode se separar do choque de demanda que ocorreu durante a

pandemia. O pagamento de auxílios emergenciais ao redor do mundo aumentou a renda disponível das famílias. E as famílias, impedidas de consumir serviços, deslocaram parte da demanda para bens. Com o avanço da vacinação e a reabertura das economias, isso tende a mudar de direção. “As pessoas vão voltar a consumir serviços e reduzir um pouco em bens”, disse o diretor do BC.

O diagnóstico de Serra parece muito otimista? Não tanto, considerando a visão dele sobre outro fator central para determinar se a inflação, hoje muito alta, volta ou não para a meta sem um aperto maior nos juros: os preços dos serviços.

Ele apresentou um gráfico que mostra uma forte correlação entre a inflação de serviços 12 meses atrás com a inflação de serviços 12 meses à frente. O recado, basicamente, é que se a inflação de serviços foi baixa, continuará baixa. Hoje a inflação está baixa e, em tese, seguirá baixa no futuro.

Mas essa relação não é tão simples assim. Serra lembrou que, no fim das contas, o que determina a inflação de serviços é o nível de ociosidade da economia. “Aqui a gente tem um problema”, reconheceu. O Banco Central não sabe ao certo medir o pulso do mercado de trabalho, depois que houve mudança na coleta dos dados do Caged e da Pnad Contínua, os dois principais termômetros do mercado. O BC está procurando entender o que, de fato, está acontecendo. “É muito difícil, a gente está tentando”, admite.

“Sendo otimista com o mercado de trabalho, a gente vai ter que olhar com cautela os [preços] de serviços”, ponderou. “Sendo pessimista, a gente pode imaginar que os serviços vão ter uma dificuldade maior para recuperar os preços.”

Essa não é uma dúvida só do BC. O questionário pré-Copom mostra projeções do mercado de preenchimento da capacidade ociosa da economia que vão deste ano até 2024.

O resumo é que, hoje, membros do Copom têm muitas dúvidas sobre os principais fatores que afetam a inflação e, provavelmente, também sobre onde vão parar os juros mais para o fim do ano.

As discussões sobre as razões da taxa de câmbio desvalorizada viraram um Fla x Flu, opondo os defensores da tese de que o juro baixo é o principal motivo e, de outro, os defensores de que a culpada é a política fiscal.

A consultoria MB Associados, que tem como economista-chefe Sergio Vale, fez um estudo com um modelo bem simples, mas que mesmo assim tem o mérito de olhar o conjunto mais amplo de variáveis para determinar o peso de cada uma.

Os resultados apoiam os argumentos dos que dizem que é o fiscal que pesa no câmbio fraco. Um exercício contrafactual verifica que o dólar estaria em R\$ 4,71 se a dívida bruta do governo geral estivesse em 77% do Produto Interno Bruto (PIB), em vez de rondar os 90% do PIB.

Uma das novidades do modelo utilizado pela MB Associados foi justamente olhar também uma outra variável para observar o risco fiscal, no caso a dívida bruta, além do CDS, tradicionalmente usado. São muitas as críticas dos economistas em relação ao CDS, em parte pela liquidez restrita desse mercado.

A MB Associados utiliza como variáveis explicativas do câmbio o diferencial de juros e de inflação internos e externos, o CDS, os preços de commodities e a expectativa da taxa de câmbio. Em geral, os modelos costumam considerar apenas taxas de juros, CDS e inflação. De certa forma, as commodities estão na inflação, mas têm também um peso no câmbio por outros canais, como a balança comercial.

O resultado é que uma alta de juros de um ponto percentual provoca uma apreciação cambial de 0,81%. Já uma alta de um ponto percentual na dívida bruta tem um impacto de 0,32% no sentido da desvalorização. Note que o coeficiente dos juros é mais alto, mas a alta da dívida bruta foi bem maior do que a alta da Selic. Commodities têm um coeficiente de 0,25, e o CDS, de 0,17.

O estudo também deu uma olhada em como esses coeficientes mudam ao longo do tempo. No caso da dívida pública, saltou de perto de 0,1 em 2016 para os atuais 0,32, o que equivale a dizer que esse fator se tornou mais importante para explicar o câmbio ao longo do tempo. Já nas commodities, a direção foi inversa, de cerca de 0,4 para os atuais 0,25.

O estudo não é o único que procura olhar muitas variáveis Nenhum deles, certamente, acaba com a controvérsia, mas eles contribuem por injetar consistência quantitativa nesse debate com posições arraigadas.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Tecido PVC Para Cortina Blackout Veda Luz Dupla-Face - Largura 1,40m - VED2-01

R\$ 23,35

WILER-K BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

O zoom desse telescópio surpreende moradores de Salvador

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

Cortina Portátil Blackout Momis Petit Preta

R\$ 188

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Ainda fazendo a barba assim? Conheça a novidade que chocou os barbeiros de Salvador

MAXSHAVE



COMENTÁRIOS

Economia orienta Fisco sobre exclusão do ICMS

Ministério autorizou procuradores a deixarem de recorrer em ações sobre o tema

Por Beatriz Olivon — De Brasília

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia publicou um parecer em que orienta a Receita Federal a adotar a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tratou do alcance do julgamento da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Com o documento, o órgão ainda precisará editar os atos necessários para ajustar os procedimentos de fiscalização e cobrança ao entendimento dos ministros.

Depois do julgamento do mérito em 2017, a Receita seguiu esse caminho, só que informou aos contribuintes que o ICMS excluído deveria ser o efetivamente recolhido e não o da nota fiscal. Recentemente, porém, os ministros esclareceram,

por meio do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela União, que vale o que consta em nota.

Com o julgamento do recurso, o Ministério da Economia autorizou procuradores a deixarem de recorrer em ações sobre o tema. Isso acelera o trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso) e afasta o risco de multa por litigância de má-fé.

No parecer, a Coordenação-Geral da Representação Judicial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN/CRJ) apresenta as orientações preliminares para que a Receita Federal dê início a sua adequação, normativa e procedimental, para cumprimento da tese fixada no julgamento do STF.

A coordenação afirma que, perante o julgado e os valores em jogo, é “indispensável” que todos os procedimentos, rotinas e normativos relativos à cobrança do PIS e da Cofins a partir do dia 16 de março de 2017 sejam ajustados, em relação a todos os contribuintes.

A publicação foi bem-vista por tributaristas. “O parecer é uma boa notícia”, afirma Alessandra Gomensoro, sócia do escritório Mattos Filho. A advogada destaca que, expressamente, a PGFN reconhece o teor do que foi julgado pelos ministros do STF e dispensa a apresentação de recursos nos processos.

Economia surpreende e BC deve elevar projeções, afirma Campos Neto

“Março foi uma surpresa boa em todos os aspectos”, disse o presidente do Banco Central

Por Estevão Taiar e Victor Rezende — De São Paulo

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Campos Neto, presidente do Banco Central: expectativa de que aceleração da vacinação “vai ser grande em junho — Foto: Isac Nóbrega/PR

O desempenho da atividade econômica surpreendeu positivamente no primeiro trimestre e o Banco Central (BC) deve revisar para cima a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, afirmou ontem o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. “Março foi uma surpresa boa em todos os aspectos”, disse em evento organizado pela eB Capital. A projeção mais recente do BC mostrava alta de 3,6% para o PIB de 2021.

Durante o evento, Campos destacou que o mercado também tem revisado seus números e que as projeções dos economistas caminham para algo em torno de 4% neste ano. Nos últimos dias diversas instituições financeiras e consultorias revisaram para cima suas projeções para a atividade em 2021. Segundo Campos, além de um primeiro trimestre melhor do que o esperado, o desempenho econômico do segundo trimestre também vem surpreendendo positivamente.

Na divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em março, o diretor de Política Econômica do BC, Fabio Kanczuk, havia afirmado que a autoridade monetária projetava um desempenho da atividade econômica no primeiro semestre pior do que o mercado projetava. Mas na segunda metade do ano a tendência era a situação se inverter, com a estimativa do BC superando a do mercado, segundo o diretor.

De acordo com Campos, a média móvel de vacinação no Brasil “caiu um pouco” nas últimas semanas. Com isso, o ritmo está um pouco abaixo do esperado pelo BC. “Tivemos dificuldade com os insumos, mas entendemos que a aceleração vai ser grande em junho”, disse ele, apostando que no segundo semestre haverá maior sobra de vacinas no exterior, o que pode beneficiar países emergentes. Outro ponto positivo, avalia ele, é que as economias, de uma forma geral, têm aprendido a conviver melhor com a pandemia.

Já a inflação no Brasil tem apresentado surpresas altistas, na avaliação do presidente do BC. Mas, apesar de a inflação “cheia” ter se elevado, os núcleos se mantiveram equilibrados em relação a outros países emergentes.

Por sua vez, as expectativas de inflação subiram no Brasil diante de uma mistura de piora nas perspectivas fiscais e incerteza política, segundo o presidente da autoridade monetária. Ele disse que o BC acompanha de perto os movimentos das expectativas de inflação. Na apresentação, ele mostrou que as taxas de inflação implícita de mais longo prazo também têm subido.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 24/05/21	



ARMANDO AVENA: PETROBRAS INVESTE US\$ 300 MILHÕES NAS REFINARIAS DA REGIÃO SUDESTE E VENDE AO SETOR PRIVADO AS UNIDADES DO SUL E DO NORDESTE



admin 24 Maio, 2021

Uma das justificativas da Petrobras para vender a RLAM – Refinaria Landulpho Alves e outras refinarias foi que a empresa passaria a centralizar sua atuação no seu “core business”, a parte central ou nuclear do seu negócio que seria a extração e prospecção de petróleo. Com isso, várias refinarias, inclusive as localizadas na região Nordeste, passaram a fazer parte do plano de desinvestimento da empresa. A RLAM foi a primeira a ser vendida para o fundo árabe Mubadala. ([veja aqui](#)).

Mas, em pleno desacordo com suas justificativas, nesta segunda-feira (24) a estatal lançou o RefTop-Refino de Classe Mundial, um programa que prevê investimentos de US\$ 300 milhões até 2025 para aumentar a eficiência e desempenho de refinarias que não estão no plano de desinvestimentos da companhia.

Ou seja, a ideia de concentrar recursos no seu “core business” foi por água abaixo, já que no comunicado a estatal não só anuncia vultosos investimentos em refinarias como afirma que o investimento tem por objetivo fazer das refinarias que ficaram sob o seu controle as melhores companhias refinadoras de petróleo no mundo.

Ora, frente a essa decisão, a Petrobras precisa vir a público explicar que critérios adotou para a escolher as refinarias que seriam vendidas. Além disso, precisa explicar porque as refinarias que não estão no plano de desinvestimento e vão ser modernizadas, um investimento de US\$ 300 milhões até 2025, estão todas situadas na Região Sudeste do país. Fica a sensação de que o plano de desinvestimento da estatal tinha como objetivo concentrar as operações de refino na região mais rica do país.

A Petrobras ainda é uma empresa estatal e, como tal, deveria introduzir no seus planos de negócios a variável localização e não privilegiar uma região em detrimento de outras. Agindo dessa maneira está contribuindo para o desequilíbrio econômico entre as regiões do país. As refinarias que receberão os aportes serão as refinarias Presidente Bernardes, Duque de Caxias, Capuava, Paulínia e Henrique Lage, todas localizadas no Sudeste do país. Os investimentos estão incluídos nos US\$ 3,7 bilhões que a empresa prevê para a área de refino no Plano Estratégico 2021-2025.

A empresa precisa, portanto, vir a público explicar se foram critérios políticos ou técnicos os que determinaram a preservação de algumas refinarias em detrimento de outras.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 24/05/21	



GOVERNO AVALIA RENEGOCIAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA SETORES AFETADOS PELA CRISE



admin 24 Maio, 2021

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, afirmou nesta segunda-feira (24) que o governo trabalha em um programa de renegociação tributária para os setores mais afetados pela pandemia da Covid-19.

“O Pert, que afetará empresas que perderam muito no faturamento, é um programa de renegociação tributária, importante para respirarem. Mas não só nesse setor [turismo e eventos]. O critério será aquela que perdeu mais, empresas que caíram mais de 80% do faturamento, mais de 60%, mais de 40%, mais de 20%, para que a gente seja justo”, disse o secretário durante audiência no Senado para tratar do auxílio do governo ao setor de turismo.

Ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro vetou trecho da lei aprovada pelo Congresso Nacional que zerava por 60 meses alíquotas de diversos tributos para o setor de turismo e evento por “exigência legal” e “restrições orçamentárias”. Segundo o secretário, essa isenção tributária poderia custar R\$ 8 bilhões e deveria ser compensada, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que poderia resultar na elevação de outros tributos.

“O Brasil, por outro lado, foi um dos países menos gastou com o setor produtivo durante a crise. Gastamos mais com auxílio direto aos mais vulneráveis. Mas, com o setor produtivo, se fizermos

comparação internacional, fomos um dos que menos gastou. Por outro lado, foi um dos países menos afetados quando comparamos internacionalmente”, declarou ele.

Ele informou que a Receita Federal fez os cálculos que avaliou que seria “inviável” dar a isenção tributária ao setor de turismo e eventos, mas que a solução encontrada, de “limpar o passado” por meio do programa de renegociação tributária que está sendo gestado, vai gerar benefício para quem mais precisa.

Estudo divulgado em abril do ano passado, logo no início da pandemia do coronavírus, já mostrava que, enquanto 43 países já tinham anunciado 166 medidas tributárias para conter crise, o governo brasileiro está sendo “tímido” em sua atuação no campo tributário. “Se eu der isenção tributária, vou beneficiar também a quem já está voltando e faturando. Esse é o argumento da Receita e faz algum sentido. É melhor limpar o passado de todo mundo do que dar um isenção tributária que pode chegar a R\$ 8 bilhões e que deveria ter compensação pela LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]”, acrescentou.

Segundo Carlos da Costa, outra frente de apoio que o governo está atuando para ajudar as empresas é o crédito. “Vamos focar em crédito. Estamos trabalhando em uma MP [Medida Provisória] para que mais recursos do FGI [Fundo Garantidor de Investimentos] seja direcionado a esse setor, para que o crédito chegue para empresas viáveis”, concluiu. (G1)

Foto: Pixabay

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 24 de Maio de 2021 - 21:00

Procuradoria-Geral quer que STF cobre do Congresso regulamentação do imposto sobre herança

por Matheus Teixeira | Folhapress



BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que a corte estabeleça um prazo para o Congresso aprovar uma lei complementar que regulamente a cobrança de imposto sobre herança, o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação), em caso que envolva dinheiro ou bem no exterior.

A Procuradoria também apresentou 24 ações para que sejam anuladas normas estaduais que instituem o ITCMD.

A cobrança em questão incide sobre doação ou herança de bens de brasileiros no exterior. Os governadores têm grande interesse no tema e temem uma queda na arrecadação no próximo ano caso não possam cobrar o imposto.

Em fevereiro, o Supremo declarou a inconstitucionalidade de leis estaduais sobre o tema. A PGR, porém, afirma que a decisão foi tomada em um recurso com repercussão geral reconhecida, o que vincula apenas o Poder Judiciário, e que é necessário fixar esse entendimento em uma ação constitucional, que é mais ampla e alcança toda a administração pública.

A PGR quer ainda que o Supremo declare a omissão do Legislativo e o obrigue a aprovar uma lei complementar que regulamente o tema, permitindo às unidades da federação a cobrança do imposto.

O tema envolve cifras bilionárias. Os estados alegam que a impossibilidade de fazer a cobrar o ITCMD pode ter um impacto grande nas contas públicas. Após a decisão do Supremo de fevereiro, governadores também iniciaram um movimento para pressionar o Congresso a aprovar uma lei complementar sobre o assunto.

O projeto em questão, porém, tramita lentamente na Câmara e ainda não há previsão para conclusão do tema.

Na decisão do início do ano, a corte decidiu que a declaração de inconstitucionalidade das leis estaduais não tem efeito retroativo e que as cobranças já feitas com base nas leis estaduais não precisariam ser ressarcidas.

Assim, os estados não terão de devolver os valores que recolheram, mas também não poderão mais cobrar esse imposto.

Para se ter ideia, ao votar sobre o tema, o ministro Dias Toffoli mencionou o tamanho do impacto financeiro e disse que se a decisão tivesse efeito retroativo poderia gerar um prejuízo de R\$ 5,4 bilhões apenas para São Paulo.

O caso concreto discutido no início deste ano tratava de um processo movido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, que argumenta que algumas das famílias mais ricas do estado enviam dinheiro a paraísos fiscais para escapar da tributação na herança.

Agora, a PGR pede que o STF fixe um prazo para o Congresso viabilizar o retorno do imposto para os estados.

Na ação assinada pelo procurador-geral, Augusto Aras, ele afirma que no julgamento de fevereiro já havia surgido a ideia de o Supremo fazer um apelo ao Congresso para que analise a matéria.

Na ocasião, porém, apenas Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso argumentaram nesse sentido, enquanto Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski foram contrários.

Os demais magistrados não entraram no mérito desse debate. Agora, Aras quer que ele aconteça.

"Verifica-se, assim, que a proposta de direcionar apelo ao legislador federal não constituiu controvérsia principal do RE 851.108/SP, tampouco foi ampla e suficientemente discutida pela maioria dos ministros da corte, de modo que a decisão a seu respeito não inviabiliza a análise da mesma questão na via do controle concentrado de constitucionalidade".

O procurador-geral afirma que, sem uma legislação sobre o imposto, os governadores não podem implementar a determinação da Constituição para que ele seja cobrado.

"O preceito estabelece verdadeira obrigação ao Congresso Nacional, que tem o dever constitucional de disciplinar, por meio de lei complementar, o exercício da competência dos estados e municípios para instituir ITCMD nas hipóteses determinadas. Inexistente a norma, permanece inócua a determinação constitucional", afirma.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 24 de Maio de 2021 - 20:00

Brasil deverá ter moeda digital emitida pelo Banco Central



O Brasil poderá ter uma moeda digital emitida pelo Banco Central (BC), como uma extensão da moeda física. O BC anunciou, nesta segunda-feira (24), em Brasília, as diretrizes para a criação da moeda no país.

A instituição disse que “tem promovido discussões internas e com seus pares internacionais visando ao eventual desenvolvimento” da moeda. Segundo o BC, a moeda deve “acompanhar o dinamismo da evolução tecnológica da economia brasileira”, de acordo com a Agência Brasil.

O coordenador dos trabalhos sobre a moeda digital do Banco Central, Fabio Araujo, explicou a moeda digital será diferente das criptomoedas. “Os criptoativos, como o Bitcoin, não detêm as características de uma moeda mas sim de um ativo. A opinião do Banco Central sobre criptoativos continua a mesma: esses são ativos arriscados, não regulados pelo Banco Central, e devem ser tratados com cautela pelo público”, disse.

Ele acrescentou que a moeda será garantida pelo Banco Central e a instituição financeira vai apenas guardar o dinheiro para o cliente que optar pela nova modalidade.

Entre as diretrizes estão a ênfase na possibilidade de desenvolvimento de modelos inovadores a partir de evoluções tecnológicas, como contratos inteligentes (smart contracts), internet das coisas (IoT) e dinheiro programável; a previsão de uso em pagamentos de varejo; e a capacidade para realizar operações online e eventualmente operações offline.

A distribuição ao público será intermediada por custodiantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sem remuneração às instituições financeira pelo BC.

Também deverá ser garantida a “segurança jurídica em suas operações” e a “aderência a todos os princípios e regras de privacidade e segurança determinados, em especial, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 (sigilo bancário), e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”.

De acordo com o Banco Central, a tecnologia de criação da moeda deve "seguir as recomendações internacionais e normas legais sobre prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, inclusive em cumprimento a ordens judiciais para rastrear operações ilícitas". A moeda também deve permitir pagamentos em outros países.

Na nota, o BC diz ainda que é preciso aprofundar a discussão com o setor privado antes de definir um cronograma de implementação da moeda. "O diálogo com a sociedade permitirá uma análise mais detalhada não apenas de casos de usos que possam se beneficiar da emissão de uma CBDC [sigla em inglês referente a Central Bank Digital Currencies, moedas digitais emitidas pelos bancos centrais], como também das tecnologias mais adequadas para sua implementação".

Segundo Araujo, a expectativa é que sejam reunidas as condições necessárias para que a implementação da moeda em "dois ou três anos". "As condições são a tecnologia e segurança que atendam às diretrizes que foram determinadas hoje pelo Banco Central", disse.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 24 de Maio de 2021 - 17:00

Ipea prevê inflação oficial de 5,3% neste ano



O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou a previsão para a inflação oficial do país neste ano. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do instituto, a taxa deve fechar o ano em 5,3%. A estimativa divulgada nesta segunda-feira (24) é superior à previsão anterior, de 4,6%.

Segundo o Ipea, nos últimos meses houve mudança nos fatores de pressão sobre a inflação brasileira. Atualmente, o principal impacto na alta de preços vem dos itens monitorados, ou seja, produtos como gasolina, gás de botijão e medicamentos.

A previsão de inflação dos monitorados para 2021 subiu de 6,8% para 8% na pesquisa divulgada hoje, de acordo com a Agência Brasil.

O Ipea também revisou a estimativa para os grupos de bens industriais, de 3,8% para 4,3% em maio, e dos serviços livres, exceto educação, de 3,6% para 4%. A previsão para a inflação dos alimentos em domicílio foi mantida em 5% e da educação em 3,8%.

A previsão para o INPC, que mede a inflação para famílias com renda de até cinco salários mínimos, subiu de 4,3% para 4,7%.

Veículo: G1	
Data: 24/05/21	



Governo avalia renegociação tributária para setores afetados pela crise, diz assessor de Guedes

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, falou em evento no Senado sobre o auxílio ao setor de turismo. Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

24/05/2021 10h43 Atualizado há 23 horas

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, afirmou nesta segunda-feira (24) que o governo trabalha em um programa de renegociação tributária para os setores mais afetados pela pandemia da Covid-19.

"O Pert, que afetará empresas que perderam muito no faturamento, é um programa de renegociação tributária, importante para respirarem. Mas não só nesse setor [turismo e eventos]. O critério será aquela que perdeu mais, empresas que caíram mais de 80% do faturamento, mais de 60%, mais de 40%, mais de 20%, para que a gente seja justo", disse o secretário durante audiência no Senado para tratar do auxílio do governo ao setor de turismo.

Ele afirmou que o presidente Jair Bolsonaro vetou trecho da **lei aprovada pelo Congresso Nacional que zerava por 60 meses** alíquotas de diversos tributos para o setor de turismo e evento por "exigência legal" e "restrições orçamentárias".

Segundo o secretário, essa isenção tributária poderia custar R\$ 8 bilhões e deveria ser compensada, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que poderia resultar na elevação de outros tributos.

"O Brasil, por outro lado, foi um dos países menos gastou com o setor produtivo durante a crise. Gastamos mais com auxílio direto aos mais vulneráveis. Mas, com o setor produtivo, se fizermos comparação internacional, fomos um dos que menos gastou. Por outro lado, foi um dos países menos afetados quando comparamos internacionalmente", declarou ele.

Ele informou que a Receita Federal fez os cálculos que avaliou que seria "inviável" dar a isenção tributária ao setor de turismo e eventos, mas que a solução encontrada, de "limpar o passado" por meio do programa de renegociação tributária que está sendo gestado, vai gerar benefício para quem mais precisa.

Estudo divulgado em abril do ano passado, logo no início da pandemia do coronavírus, já mostrava que, enquanto **43 países já tinham anunciado 166 medidas tributárias para conter crise**, o governo brasileiro está sendo "tímido" em sua atuação no campo tributário.

"Se eu der isenção tributária, vou beneficiar também a quem já está voltando e faturando. Esse é o argumento da Receita e faz algum sentido. É melhor limpar o passado de todo mundo do que dar um isenção tributária que pode chegar a R\$ 8 bilhões e que deveria ter compensação pela LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]", acrescentou.

Segundo Carlos da Costa, outra frente de apoio que o governo está atuando para ajudar as empresas é o crédito.

"Vamos focar em crédito. Estamos trabalhando em uma MP [Medida Provisória] para que mais recursos do FGI [Fundo Garantidor de Investimentos] seja direcionado a esse setor, para que o crédito chegue para empresas viáveis", concluiu.

Veículo: G1	
Data: 24/05/21	



Reforma tributária: Pacheco diz que Senado analisará novo Refis; Câmara, Imposto de Renda

Presidente do Senado deu declaração após ter se reunido com Arthur Lira e Paulo Guedes para discutir reforma. Governo tem defendido negociação individual em vez de novo Refis.

Por Gustavo Garcia e Jamile Racanicci, G1 e TV Globo — Brasília

24/05/2021 21h50 Atualizado há 12 horas

O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-MG), afirmou nesta segunda-feira (24) que a Casa analisará a **nova proposta de Refis**, programa de renegociação de débitos tributários com descontos nos valores das dívidas. Enquanto isso, segundo o parlamentar, a **Câmara** analisará mudanças no Imposto de Renda.

Pacheco deu a declaração, em um vídeo divulgado pela assessoria, após ter reunido com o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, e com o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL). O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que presidiu a Comissão Mista da Reforma Tributária, também participou (veja detalhes no vídeo acima).

Em relação à reforma tributária, Pacheco disse que caberá ao Senado a análise de mudanças na Constituição sobre o tema.

"Também [cabará ao Senado] o programa de regularização tributária, o novo Refis para poder socorrer pessoas físicas e jurídicas nessa regularização tributária", disse o senador.

O presidente do Senado é autor de um projeto que cria o novo Refis, chamado de Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). O ministro Paulo Guedes deixou a reunião desta segunda-feira sem falar com a imprensa. No entanto, tem **defendido negociações individuais** em vez de um programa amplo como o Refis.

"Nós preferimos desenhar uma nova ferramenta, que é a transação tributária. Já recuperamos R\$ 80 bilhões", disse Guedes no começo deste mês.

Imposto de Renda

Conforme o anúncio de Pacheco, cabará à Câmara dos Deputados votar projeto para alterar a base de cálculo do **Imposto de Renda**. Com a proposta, poderão ser corrigidas as chamadas "defasagens" da tabela do IR.

Durante a campanha presidencial, em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro chegou a defender a **isenção do imposto para pessoas que recebam até 5 salários mínimos**, algo em torno de R\$ 5,5 mil. Atualmente, a faixa de isenção está em R\$ 1.903,98.

"A Câmara dos Deputados ficará incumbida de uma série de projetos de iniciativa do Poder Executivo, que discutam a base de Imposto de Renda, de IPI, de PIS e Cofins", disse Rodrigo Pacheco nesta segunda-feira.

Em julho de 2020, o governo encaminhou ao Congresso uma proposta que reúne PIS-Cofins em uma mesma contribuição com alíquota única de 12%, criando um tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Setores da economia, em especial o de serviços, resistem à ideia. Dizem que a mudança significará aumento de impostos.

O governo tem pressa na aprovação dessa proposta. O secretário de Fazenda, Bruno Funchal, disse na semana passada que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre **cálculo do ICMS a ser retirado do PIS-Cofins** deve causar grande perda de arrecadação. Isso porque, no entendimento da equipe econômica, o cálculo definido pelo STF favorece os contribuintes e aumenta as compensações tributárias.

2022: Cenário nacional trava sucessão nos estados

Ao menos 12 governadores que não tentarão se reeleger no ano que vem enfrentam dificuldades para manter unida sua base atual em torno de um candidato; polarização entre Bolsonaro e Lula é pano de fundo da maioria das fissuras locais

Sob influência do cenário nacional, governadores de 12 estados que não podem ou não pretendem ser candidatos à reeleição têm dificuldades para aglutinar a base num nome de consenso à sucessão. A polarização entre o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula (PT) é o pano de fundo da maioria dessas fissuras locais, com pré-candidatos à sucessão buscando assegurar o apoio de padrinhos nacionais para tomar a dianteira no cenário estadual.

Entre os governadores que defendem uma “terceira via” ao Planalto, a preocupação é que o palanque seja esvaziado pela eventual disposição dos partidos em negociar apoios a Bolsonaro ou Lula. Em alguns casos, a migração do vice para o partido do chefe do Executivo surgiu como alternativa para pacificar a base. Em outros, desavenças entre o titular e o vice tendem a fragmentar o grupo da situação. Há casos ainda em que governantes cogitam cumprir o mandato, abrindo mão da disputa para dar espaços a aliados.

CRÍTICAS A DORIA

Embora estejam aptos à recondução, os governadores de São Paulo, João Dória, e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, ambos do PSDB, têm manifestado interesse na Presidência. A convite de Dória, seu vice, Rodrigo Garcia, trocou o DEM pelo PSDB. Aliados de Leite costuram uma saída semelhante para o vice gaúcho, Rinaldo Vieira Jr., que deixou o PTB após romper com o ex-deputado Roberto Jefferson, presidente da sigla, e tem convites de MDB e Podemos.

— Fizemos um convite ao Rinaldo para que ele concorra à sucessão pelo PSDB. É um candidato natural ao governo, em qualquer partido, por representar a continuidade da atual gestão — disse o deputado Lucas Redecker, presidente do PSDB gaúcho.

Outro possível candidato à sucessão de Leite é o deputado Alceu Moreira (MDB). Para conciliar espaços, o PSDB deixa em aberto na chapa a vaga ao Senado, que pode ser ocupada por partido aliado. O PP, que fez parte da coligação de Leite em 2018 e integra a base na assembleia local, deve se afastar do grupo nas próximas eleições para lançar como candidato o senador bolsonarista Luís Carlos Heinze.

No caso de Dória, a filiação de Garcia ao PSDB foi planejada para evitar que setores tucanos lançassem o nome de Geraldo Alckmin ao governo. A cúpula do DEM criticou o movimento de Dória e abriu conversas com Alckmin nos bastidores, mas há possibilidade de manter o apoio à candidatura Garcia mesmo em outra sigla.

No Nordeste, que tem oito governadores em fim de segundo mandato, todos enfrentam o risco de dissidências na base. No Maranhão, o governador Flávio Dino (PCdoB) se divide entre o vice Carlos Brandão (PSDB) e o senador Weverton Rocha (PDT). Ambos têm se colocado como pré-candidatos ao governo, ameaçando reeditar o racha da eleição à prefeitura de São Luís em 2020, quando o grupo de Weverton apoiou a vitória do opo-

sicionista Eduardo Braide (Podemos) no 2º turno contra Duarte Jr. (Republicanos), que era apoiado por Brandão.

Outro elemento que movimenta as costuras é a possível filiação de Dino ao PSB, que quer lançá-lo ao Senado. Nesta hipótese, Brandão assumiria o governo em 2022 abrindo palanque a um presidenciável tucano, enquanto Dino consoli-

daria uma frente de esquerda.

— O convite ao governador está feito, creio que ele está discutindo a transição. O PSB vai defender uma aliança na esquerda — afirmou o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA).

No Ceará, o governador Camilo Santana (PT) conversa com a cúpula petista sobre concorrer ao Senado. Sem a definição de Camilo, o PT não

descarta nome próprio ao governo. Lideranças do PDT, por sua vez, citam a popularidade de Camilo para apoiá-lo ao Senado. Ele deixaria o governo com a vice Izolda Cela (PDT).

Na Bahia e em Sergipe, os governadores Rui Costa (PT) e Belivaldo Chagas (PSD) tendem a trocar uma disputa ao Senado pelo esforço em garantir a adesão de seus vi-

ces a suas alianças em 2022.

Já em Mato Grosso do Sul e Amapá, as fissuras entre governadores e seus vices envolvem composições com Bolsonaro. No Amapá, o governador Waldez Góes (PDT) tende a definir seu nome à sucessão em acordo com o senador Davi Alcolumbre (DEM), que tentará renovar o mandato com apoio de Bolsonaro. O vi-

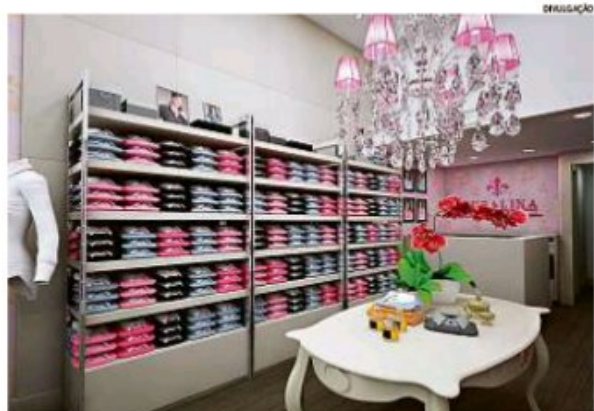
ce-governador Jaime Nunes (PROS), rompido com Góes, busca apoio do Planalto para disputar o governo. No estado sul-mato-grossense, o governador Reinaldo Azevedo (PSDB) brigou com o vice e tenta lançar o secretário Eduardo Riedel. O tucano busca manter o apoio do PSD, que pode lançar Marquinhos Trad, prefeito de Campo Grande.



Cavalera. Grife de moda tem dívidas com credores e tributárias que somam R\$ 60 milhões



Le Postiche. Fechou 40 lojas, investiu no "e-commerce", mas tem dívidas de quase R\$ 65 milhões



Dudalina. A Restoque, que comanda a grife, entrou em recuperação extrajudicial em 2020



Via Uno. Uma das 13 marcas que foram obrigadas a pedir proteção contra os credores

TENDÊNCIA DE ENDIVIDAMENTO

TEMPORADA DE REESTRUTURAÇÃO

Ao menos 13 varejistas entraram com pedido de recuperação na pandemia

BRUNO ROSA
bruno.rosa@globo.com.br

TNG, Le Postiche, Cavalera, Dudalina, Via Uno e Le Lis Blanc. Na lista de marcas renomadas do varejo que precisaram entrar com pedido de recuperação judicial desde o início da pandemia, há espaço para todo tipo de estilo, da moda jovem ao look de festa, passando pela camisa social do escritório. Levantamento da consultoria Alvarez & Marsal (A&M) mostra que ao menos 13 marcas foram obrigadas a pedir proteção contra credores com dívidas que ultrapassam os R\$ 5 bilhões.

É a tendência de continu-

ar nos próximos meses desta temporada. Escritórios de advocacia e empresas de reestruturação relatam aumentos de 25% a 50% nas consultas de redes varejistas preocupadas com o aumento do endividamento e com a falta de perspectiva de geração de caixa em razão das incertezas em torno do atraso na vacinação.

Segundo especialistas, um traço em comum entre empresas que tiveram as finanças mais afetadas pela pandemia é o foco maior nas lojas físicas, com menor atenção para as vendas on-line. Em um período marcado por medidas de isolamento para combater a pandemia, quem tinha pre-



"A dificuldade hoje envolve empresas médias do setor, que têm pouco caixa para enfrentar a crise"

João Paulo Carvalho,
sócio-diretor da A&M

"As consultas de empresas buscando ajuda quase dobraram"

Julio Mandel, sócio
da Mandel Advocacia

sença mais forte no digital conseguiu se adaptar mais rapidamente. Quem não tinha o e-commerce integrado à cultura da empresa, sentiu um efeito maior no caixa ou se tornou alvo de aquisições. Grandes redes também tiveram mais fôlego para enfrentar a turbulência do que grifes que atuam em nichos do mercado.

Para José Antônio Ferraiuolo, sócio da X-Infinity — companhia de reestruturação de empresas que cuidou da fase inicial do processo de recuperação judicial da rede masculina Camisaria Colombo —, setor vive hoje a "tempestade perfeita":

— Os programas do gover-

no de apoio do ano passado já foram usados e serviram como forma de amortecimento. Mas os problemas de 2020 foram empurrados para 2021. O volume de consultas no escritório de empresas do setor aumentou 25% neste ano.

Nos próximos dias, ele vai entrar com pedido de recuperação judicial de uma rede varejista com mais de 30 lojas espalhadas pelo país e dívidas superiores a R\$ 300 milhões. Responsável pelo processo da Le Postiche, o advogado Julio Mandel, sócio da Mandel Advocacia, prevê segunda onda de crise com pequenas e grandes redes entrando em processos de renegociação de divi-

das. Isso porque começam a vencer os empréstimos feitos nos primeiros meses de 2020, no início da pandemia:

— As empresas cortaram custos e agora sofrem com aumento das commodities por causa da recuperação dos EUA e da China. As consultas de empresas buscando ajuda quase dobraram em relação ao segundo semestre de 2020. A Le Postiche, por exemplo, fechou 40 lojas e investiu no comércio eletrônico. Está hoje em 147 endereços e tem dívidas de quase R\$ 65 milhões.

'OPORTUNIDADE DE CRESCER'

Na última sexta-feira, a grife TNG entrou com pedido de recuperação judicial, após acumular dívidas de cerca de R\$ 250 milhões desde o início da pandemia. Em comunicado, a grife destacou que o objetivo é buscar uma proteção para restabelecer o fluxo de caixa e evitar ações de execução. Com 600 funcionários, cerca de 90% da receita da empresa vêm das lojas físicas, apesar do investimento em e-commerce. A rede ficou fechada por 200 dias desde o início da pandemia, disse Tito Bessa Junior, fundador da TNG. Nesse tempo, fechou 70 lojas, e hoje conta com cem endereços.

— Temos grande oportunidade de voltar a crescer nessa nova etapa, mas será necessário e imprescindível finalizarmos nossos ajustes com esse medida. Temos uma marca democrática, com presença e prestígio nacional.

O especialista em Direito Empresarial Marcelo Godke, sócio do Godke Advogados, relata alta de 50% na procura de empresas do varejo interessadas em buscar solução. Fontes dizem que a InBrands, dona de marcas como Salinas, Ellus e Richards, chegou a fazer consultas com escritórios, mas nega que fará recuperação judicial. Afirma que "está sempre atenta a boas oportunidades do mercado, no melhor interesse da companhia".

A Restoque, que comanda Le Lis Blanc, Dudalina e Rosa Chá, por sua vez, entrou em recuperação extrajudicial no ano passado e negociou com os credores a emissão de debêntures agora em fevereiro no valor de R\$ 1,4 bilhão.

No início deste mês, a grife Cavalera entrou com pedido de recuperação judicial em São Paulo com dívidas com credores e tributárias que somam R\$ 60 milhões.

Segundo João Paulo Carvalho, sócio-diretor da A&M, para que haja retomada, é preciso acelerar a vacinação para evitar a terceira onda de Covid-19, o que afetaria ainda mais a recuperação do setor:

— A dificuldade hoje envolve empresas médias do setor, que têm pouco caixa para enfrentar a crise.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 25/05/2021	Caderno: Economia



'Reforma tributária é fundamental e urgente', diz presidente do Senado

Em vídeo divulgado nesta segunda após reunião com Arthur Lira e Paulo Guedes, Rodrigo Pacheco anunciou que o Senado ficará responsável pela análise de duas etapas da reforma

Anne Warth, O Estado de S. Paulo

24 de maio de 2021 | 21h20

Atualizado 24 de maio de 2021 | 22h26

BRASÍLIA - O **Senado** ficará responsável pela análise de duas etapas da **reforma tributária**, disse o presidente da Casa, **Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**. Ele se reuniu nesta tarde com o presidente da **Câmara, Arthur Lira (PP-AL)**, e com o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, para tratar do assunto.

“Tivemos um consenso de que a reforma tributária é fundamental e urgente.

Precisamos simplificar o sistema de arrecadação sem gerar aumento de carga aos contribuintes”, disse ele, em vídeo divulgado na noite desta segunda-feira, 24.

“Parte disso será da incumbência do Senado Federal, inclusive a discussão constitucional. A reforma constitucional em matéria tributária caberá ao Senado tramitar, assim como o programa de regularização tributária, o novo **Refis**, para poder socorrer pessoas físicas e jurídicas nessa regularização tributária”, afirmou Pacheco. 'Precisamos simplificar o sistema de arrecadação sem gerar aumento de carga', disse Pacheco.

Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

De acordo com ele, a Câmara ficará incumbida dos projetos de iniciativa do **Executivo** enviados ao **Legislativo**, como a discussão da base de incidência de **Imposto de Renda, IPI, PIS e Cofins**. “Há uma comunhão de esforços entre as duas Casas, devidamente alinhadas com o Executivo, para que possa haver a mais ampla possível reforma tributária.”

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o deputado **Luis Miranda (DEM-DF)** está sendo cogitado como relator da parte da reforma que tratará dessa parte. Apesar de ser do mesmo partido do ex-presidente da Câmara **Rodrigo Maia (RJ)**, o parlamentar se aproximou de Lira ainda durante a campanha do alagoano para o comando da Casa e ajudou na busca de votos para elegê-lo.

Nos bastidores **há pressa para a votação da reforma**, principalmente após a consolidação da tese do **Supremo Tribunal Federal (STF)** de que o **ICMS não compõe a base de cálculo do PIS/Cofins**, reduzindo a arrecadação federal. O governo teme que a decisão amplie a pressão para que outra ação semelhante, que trata do **ISS (imposto sobre serviços, que é municipal)**, volte à pauta da Corte, gerando o risco de um desfalque ainda maior na arrecadação do governo.

Fatiamento

Assim como já havia sido mostrado pelo Estadão/Broadcast, o fatiamento da reforma tributária era uma vontade do ministro Paulo Guedes e de Arthur Lira, que **colocou fim na comissão mista da Câmara responsável por analisar o tema**, justamente para dividir o texto. A extinção foi anunciada enquanto o relator, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, ainda proferia seu parecer, que com a decisão, foi praticamente "jogado no lixo". **O próprio Pacheco chegou a se manifestar a favor da comissão.**

O próprio Guedes é contra o parecer do deputado, que sugere a criação de um fundo de compensação a Estados e municípios por eventuais perdas de arrecadação durante o período de transição da reforma. Nas contas da equipe econômica, esse fundo poderia "sangrar" a União em R\$ 400 bilhões ao longo dos próximos anos, algo considerado inaceitável.

Um dos projetos deve analisar a proposta da equipe de Guedes, de criar uma **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** com alíquota de 12%, no lugar do **PIS** e da **Cofins**, dois dos tributos mais complexos do sistema brasileiro. Essa primeira fase também incluiria a tributação de lucros e dividendos na pessoa física, com redução de **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica**.

Já a outra "fatia" deve tratar da criação de um imposto seletivo em substituição ao **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**. Uma terceira parte incluiria

um amplo programa de renegociação de dívidas tributárias, chamado de “passaporte tributário”, mas que segue os moldes de um Refis, com descontos em multas e juros e pagamento em parcela única. Se seguir a vontade de Pacheco, o **programa poderá valer para débitos contraídos antes da covid**. Guedes, no

entanto, **quer restringir o programa para dívidas contraídas em 2020**.

Uma quarta fase prevê a criação de um imposto sobre transações, nos mesmos moldes da **CPMF**. O tema, no entanto, enfrenta resistências no **Congresso**. No entanto, em entrevista no começo do mês ao programa *Canal Livre*, da **Band**, Lira disse que a proposta não configura uma nova CPMF e que o tema poderia ser deixado por último. A declaração foi vista como um “ensaio” do presidente da Câmara para tentar ampliar a aceitação da medida. /**COLABOROU IDIANA TOMAZELLI E CAMILA**

TURTELLI

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Crescimento global ajuda o Brasil, diz BNP Paribas

Banco revisa suas projeções e eleva de 2,5% para 4,5% sua estimativa de crescimento para a economia brasileira este ano

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O impacto positivo da recuperação da economia global deve mais do que compensar os efeitos da redução de estímulos e da pandemia na economia doméstica neste ano, na avaliação do BNP Paribas. Em revisão de cenário divulgada ontem, o banco elevou a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2021, de 2,5% para 4,5%.

O fim de estímulos expressivos e a segunda onda da pandemia foram ventos contrários à atividade no primeiro trimestre, diz o departamento econômico

chefiado por Gustavo Arruda em relatório. Por outro lado, o crescimento maior da economia mundial foi um vetor favorável, mantendo o PIB em terreno positivo no período, apontam os economistas.

Assumindo que as cotações de commodities vão continuar nos níveis atuais até o fim do ano, o banco francês estima que o ambiente externo vai adicionar 3,7 pontos percentuais à expansão do PIB do Brasil neste ano. Esta ajuda mais do que compensa o efeito negativo da pandemia, estimado em 3,2 pontos. Já os impactos da política fiscal e da política monetária são calculados em +0,4 ponto e +2,1 pontos, respectivamente. O exercício considera que a Selic chegará em 6,5% ao fim do ano.

De janeiro a março, o BNP Paribas estima que a economia global adicionou 1,6 ponto ao PIB doméstico, enquanto a política monetária expansionista acrescentou 0,7 ponto ao crescimento. Do lado negativo, a covid-19 e o “abismo fiscal” retiraram, juntos, 2,3 pontos da expansão da economia nos três primeiros meses do ano.

Para a instituição, a contribuição do ambiente internacional à economia doméstica deve continuar nos próximos trimestres, especialmente entre abril e junho. A influência da política fiscal deve seguir ligeiramente positiva, devido à nova rodada de gastos do governo para reduzir o efeito da pandemia na atividade, acrescentam os economistas. Por fim, a política monetária também deve permanecer como um “driver” positivo, ainda que em menor grau.

O BNP também mudou a estimativa para a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021, de 5% para 6%. O teto da meta para o ano é 5,25%. “Preços mais elevados de commodities e restrições de oferta no setor industrial devido a interrupções causadas pela pandemia na cadeia produtiva global estão pressionando a inflação este ano”, afirmam os economistas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Garanta o presente de quem você ama e ganhe um gift exclusivo Calvin Klein!

CALVIN KLEIN

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

Conteúdo Publicitário

No Maranhão, Bolsonaro faz discurso com ataques a Dino, Calheiros e Lula

VALOR INVESTE

No Dia Mundial das Abelhas, Angelina Jolie posa coberta dos insetos e pede mais conservação

UM SÓ PLANETA

Empresa com dívida terá ajuda, diz secretário

Governo prepara programa de refinanciamento de débito tributário, segundo Carlos Da Costa

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Carlos Da Costa: empresas que perderam 80% do faturamento serão “muito beneficiadas” por programa de refinanciamento de dívidas tributárias — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

O governo prepara um programa de refinanciamento de dívidas tributárias para as empresas mais afetadas pela pandemia, disse o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa, em reunião no Senado. Haverá descontos e parcelamentos. As condições, segundo ele, serão melhores para as mais prejudicadas. Com isso, o governo espera dar um fôlego para a retomada, comentou.

O programa, que o secretário chamou de "Pert", oferecerá pacotes para quem perdeu mais de 80%, de 60%, de 40% e de 20% do faturamento. "As que perderam 80% serão muito beneficiadas."

O Pert, ou Programa Especial de Regularização Tributária, foi criado em 2017 e já encerrado. Segundo fonte do Ministério da Economia, o que está em preparação é o lançamento de um Pert renovado, com prazo de adesão provavelmente até setembro deste ano.

A medida faz parte de um conjunto de iniciativas mais focadas nos setores mais atingidos pela crise, disse o secretário. O governo também quer direcionar empréstimos das linhas do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) para os setores mais afetados.

Da Costa participou de uma reunião no Senado convocada para discutir o Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A lei que trata desse tema já foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro. No entanto, o governo vetou o ponto que concedia isenção tributária às empresas do setor, o que provocou reação.

O refinanciamento das dívidas tributárias é uma resposta a isso. Aos senadores o secretário reproduziu um argumento da Receita: a possibilidade de acertar o passado de dívidas ajuda as empresas mais necessitadas, ao passo que a isenção só beneficia aquelas que já estão em atividade.

O veto foi justificado também pelo orçamento apertado e pela exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em seu artigo 14 diz que as isenções tributárias novas devem ser compensadas com a alta de outros tributos. Da Costa argumentou que essa medida seria ruim, se adotada em momento de crise. A isenção do Perse chegaria a R\$ 8 bilhões.

A interpretação do artigo 14 da LRF foi colocada em xeque pelos senadores, que apresentaram pareceres dizendo que a compensação não é necessária. O secretário reconheceu que há, de fato, controvérsia jurídica a respeito e informou que foi criado um grupo de discussão sobre o tema. Mas frisou que o entendimento da Receita e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é que novas isenções têm de ser compensadas com aumento de outros tributos.

De acordo com fonte do Ministério da Economia, o refinanciamento é também uma resposta às tentativas do Congresso de criar um novo Refis. A pasta é contrária a essa medida, pois as experiências passadas mostram que, após pagar algumas parcelas do refinanciamento, as empresas param e ficam aguardando novo programa. Por isso, o Refis ganhou nos bastidores o apelido de "Refarei". Além disso, o programa beneficia mesmo aqueles contribuintes que não precisam de ajuda.

O novo Pert será destinado apenas às empresas devedoras. A Receita Federal tem levantamentos que indicam quanto cada uma foi prejudicada pela crise.

Para o setor de eventos, especificamente, o secretário informou que está em elaboração uma medida provisória (MP) que direciona mais recursos do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para o setor. Esse fundo protege de perdas os bancos que concedem empréstimos do Peac. A MP criará um “Peac Setores Críticos”.

Além disso, informou ele, 20% dos recursos do Pronampe serão reservados para o setor de eventos.

Uma fonte da área econômica comentou que haverá uma tentativa de direcionamento dos recursos de empréstimo aos setores mais atingidos. Mas não estão em análise itens como taxas de juros diferenciadas.

Além de eventos, estão na lista os setores de turismo e alimentação fora do domicílio. Da Costa citou ainda o setor de eletroeletrônicos, que teria tido queda de 90% no faturamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Garanta o presente de quem você ama e ganhe um gift exclusivo Calvin Klein!

CALVIN KLEIN

Governo estuda ajustes no programa de habitação

Entre as mudanças em debate estão medidas que visam aumentar o acesso de rendas menores aos benefícios do Casa Verde e Amarela e de elevar a participação do Norte e Nordeste

Por Chiara Quintão — De São Paulo

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo avalia mudanças na concessão de subsídios para o Casa Verde e Amarela, o programa federal de financiamento de habitação de baixa renda, com o objetivo de fomentar o programa em cidades com população de 50 mil a 100 mil habitantes, de aumentar o acesso de rendas menores aos benefícios e de elevar a participação do Norte e Nordeste no total.

“O Ministério do Desenvolvimento Regional está tentando fazer alguns ajustes para que a produção volte a ser atrativa em cidades com até 100 mil habitantes”, diz Ronaldo Cury, vice-presidente de habitação do Sindicato da Construção (Sinduscon-SP).

Em análise, de acordo com o vice-presidente do Sinduscon-SP, está a possibilidade de aumento do subsídio para a população de baixa renda em municípios com esse perfil. Não se trata, segundo Cury, de incremento, mas de remanejamento dos recursos do programa destinados à subvenção. “No ano passado, sobraram recursos para subsídio e, em 2021, podem sobrar também”, acrescenta o vice-presidente do Sinduscon-SP.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participou de algumas reuniões com o governo federal sobre as mudanças avaliadas. Segundo o

presidente da CBIC, José Carlos Martins, as alterações acabariam com a faixa 1,5 do programa e resultariam na criação de nova faixa 1, que teria tanto recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) quanto financiamento pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A intenção de mudanças em análise pelo governo é aproximar a curva de subsídios da renda real das pessoas, de acordo com Martins. Uma fonte do setor disse que o governo precisa ser cuidadoso se for adotar a medida, evitando que o aumento de subsídios para que parte da população compre a casa própria signifique queda “drástica” do número de pessoas atendidas pelo Casa Verde e Amarela.

Para outra fonte ouvida pela reportagem, as medidas avaliadas são importantes, mas o número de contratações de unidade do programa poderá ter redução expressiva, mesmo com a adoção das mudanças, se não houver a definição de aumento do subsídio por unidade. “A inflação da construção civil está no maior patamar histórico, mas a receita advinda do Casa Verde e Amarela não mudou. Muitos incorporadores não conseguem mais ganhar dinheiro com o programa”, diz a fonte.

De janeiro a abril, o número de unidades financiadas com recursos do FGTS caiu 27%, na comparação anual, para 114.241. Se considerado apenas o financiamento à produção, a queda foi de 36%, para 65.924 unidades.

Justamente por causa dos aumentos de custos de material de construção, a CBIC tem expectativa que, neste ano, a proporção de lançamentos de imóveis enquadrados no Casa Verde e Amarela seja reduzida em relação ao total. Isso porque o repasse das altas de insumos para os preços dos imóveis é limitado pelo teto de valores do programa. Além das restrições estabelecidas de preços, há limites relacionados à renda média das famílias em cada município.

Na avaliação de Martins, há um “turbilhão” na cadeia do setor em razão das pressões de custos de materiais. Ainda assim, o vice-presidente da CBIC, Celso Petrucci, disse que a entidade mantém a projeção de que os lançamentos e as vendas de imóveis terão crescimento de 5% a 10% neste ano. “O ano de 2021 poderá ser surpreendente em relação a vendas, independentemente dos efeitos nefastos dos aumentos de preços de insumos”, disse Petrucci. Nos 12 meses até março, as vendas de imóveis somam 207.946 unidades. “Em fevereiro, esperávamos comercialização de 200 mil unidades neste ano”, disse o vice-presidente da CBIC - cujo levantamento abrange 150 cidades, com 20 capitais.

No primeiro trimestre, as vendas aumentaram 27,1%, na comparação anual, para 53.185 unidades, mas tiveram queda de 12,4% ante o quarto trimestre. Os lançamentos imobiliários cresceram 3,7%, no primeiro trimestre, na comparação anual para 28.258 unidades, segundo a CBIC. Houve queda, porém, de 58% ante o quarto trimestre, que é sazonalmente o melhor do ano.

Considerando-se só os empreendimentos enquadrados no Casa Verde e Amarela, os lançamentos somam 15.700 unidades, de janeiro a março, ou 55,6% do total. O volume incluído no programa respondeu por 27.399 unidades vendidas, ou seja, 51,5%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

Reforma do IR mira juros sobre capital próprio

Proposta prevê fim do mecanismo; redução da alíquota-base do IRPJ também está sob estudo

Por Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

25/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia tem pronta uma proposta para acabar com o mecanismo de juros sobre capital próprio (JCP), uma alternativa que as empresas têm para distribuir recursos aos seus acionistas e que reduz o Imposto de Renda a pagar sobre o lucro da companhia. Além disso, o governo trabalhava com a hipótese de, em princípio, reduzir ao longo de dois anos a alíquota-base do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), hoje em 15%, passando para 12,5% e, no ano seguinte, para 10%.

A alíquota adicional do IRPJ (em geral é de 10%) em princípio não está sendo mexida, embora, até o envio formal da proposta de ampla reformulação do Imposto de Renda para empresas e famílias, possa haver mudanças no desenho final. Outra ideia que consta das minutas preliminares da área econômica é taxar a distribuição de dividendos em 15%. Há também alternativa de, em um segundo momento, elevar esse tributo, que não é cobrado há mais de duas décadas, para 20%.

Na tarde de ontem, representantes da Economia, entre eles o ministro Paulo Guedes, se reuniram com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para discutir e o momento de envio das propostas também o conteúdo em discussão no governo, incluindo as ideias de revisão do Imposto de Renda.

Nesse tópico, a medida mais popular em gestação é a elevação da faixa de isenção para as pessoas físicas, tratada como como “a cenoura pendurada à frente do cavalo”, para acelerar a tramitação e aprovação das medidas. A intenção da Economia é fazer um projeto que seja neutro do ponto de vista da arrecadação, ou seja, em alguns lugares a carga pode aumentar, mas em outros (como no caso das pessoas físicas de renda mais baixa, mas sujeitas à retenção de IR), reduzir.

As discussões de Guedes com Pacheco e Lira incluíam tratar da divisão, entre as duas casas, das “fatias” da reforma tributária. A proposta de reforma do PIS/Cofins

criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enviada pelo Executivo no ano passado, está parada na Câmara desde então e está competindo com o texto do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que unifica as PECs 45 e 110, que Lira não quer deixar andar e que deve tramitar no Senado.

A reforma do IR deve ir para a Câmara. Uma outra fatia seria a renegociação de dívidas tributárias, que tendia a ir para o Senado, com vistas a evitar um novo Refis e melhorar a situação das empresas para o novo sistema tributário. A ideia é que esse passaporte leve em conta o tamanho das perdas que as empresas tiveram com pandemia.

Como o governo acha difícil fazer a reforma tributária por meio de mudanças constitucionais e teme aumento de carga com o projeto de Ribeiro, a estratégia de Paulo Guedes está calcada em projetos de lei, que exigem apenas a maioria simples do plenário de cada casa, em apenas um turno.

A ideia de acabar com os juros sobre capital próprio já levanta resistências. O advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, diz que “em um momento de dramática crise econômica, em que falta capital para a maioria dos agentes econômicos, é saudável manter o incentivo tributário ao acionista para investir”.

“Acima de tudo acho inoportuno. Não é momento de complicar a vida dos contribuinte”, disse. Segundo ele, a medida poderia reduzir a atratividade das empresas que hoje contam com esse atrativo de redução da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

Outro interlocutor do setor privado destaca que esse mecanismo efetivamente reduz a tributação do IRPJ e lembra que a tentativa não foi adiante quando tentada pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, em 2015.

Para quem defende a medida, contudo, há uma leitura de que o juro sobre capital próprio é pouco comum no mundo, faz pouco sentido em um ambiente de inflação mais baixa e que há muitas brechas no IRPJ brasileiro que reduzem a alíquota efetiva que as empresas pagam nesse tributo.

Além disso, a defesa da volta da tributação dos dividendos é feita lembrando que é um mecanismo que deve reduzir a chamada “pejotização”, na qual trabalhadores são contratados como empresas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Garanta o presente de quem você ama e ganhe um gift exclusivo Calvin Klein!

CALVIN KLEIN

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Mantenha a eficiência que o campo exige

MERCEDES-BENZ PEÇAS E SERVIÇOS



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Febraban aponta que crédito deve crescer 0,5% em abril

Caso se concretize, esse será o melhor resultado para o mês desde 2014

STF poderá livrar contribuintes de conta bilionária do terço de férias

Entendimento adotado por ministros no caso da exclusão do ICMS beneficia empresas

Por Joice Bacelo — Do Rio

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para definir o alcance da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins - a chamada “tese do século” - poderá beneficiar as empresas em um outro julgamento, o que trata da tributação do terço de férias. São cerca de R\$ 100 bilhões em jogo nesse processo.

Os dois casos têm como pano de fundo a chamada modulação de efeitos. Essa medida pode ser adotada pelo STF, a pedido de uma das partes, para impedir que uma decisão seja aplicada de forma retroativa.

No caso da exclusão do ICMS, por exemplo, a União apresentou o pedido por meio de embargos de declaração. A intenção era a de evitar a devolução de valores cobrados dos contribuintes de forma indevida no passado.

Os ministros fizeram um recorte no tempo. Estabeleceram que só os contribuintes com ações em curso até 15 de março de 2017 terão o direito ao reembolso. Esse foi o dia em que eles decidiram que o ICMS, por não se caracterizar como receita ou faturamento, não poderia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Para aplicar a modulação, os ministros usaram como justificativa “a preservação da segurança jurídica”. Levaram em conta que, antes da decisão de 2017, havia julgamento de recurso repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sentido contrário - permitindo o ICMS no cálculo das contribuições sociais. O placar no STF foi de oito votos a três.

No caso do terço de férias (RE 1072485), a modulação, se aplicada, vai favorecer o contribuinte. O STF decidiu, em agosto do ano passado, que deve incidir contribuição previdenciária patronal. Até então, porém, a maioria das empresas não fazia o recolhimento com base em entendimento do STJ, que - assim como no caso da exclusão do ICMS - decidiu essa matéria em repetitivo.

Agora, por meio de embargos de declaração, os contribuintes tentam evitar que a União possa cobrar os valores que deixaram de ser pagos no passado, antes dessa decisão. A Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) estima que as empresas tenham que desembolsar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões.

“O entendimento de que se estava alterando uma situação consolidada pela jurisprudência do STJ em repetitivo, adotado pelo STF no julgamento da exclusão do ICMS, se aplica ao terço de férias. Eu diria que, aqui, é ainda mais forte”, afirma Alessandro Mendes Cardoso, sócio do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos Advogados.

Ele leva em consideração o fato de o STF, em agosto de 2016, ter negado repercussão geral a esse tema por entender que tratava-se de matéria infraconstitucional. E, nesse caso, a palavra final é do STJ. “Por causa dessa decisão, a PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional] emitiu uma nota, em 2017, autorizando os procuradores a não entrar com recurso extraordinário contra essa matéria. Ou seja, a própria PGFN absorveu essa decisão.”

Em fevereiro de 2018, os ministros do Supremo voltaram a analisar o tema e mudaram de ideia. Decidiram que poderia, sim, ser julgado pela Corte.

Apesar das semelhanças com a chamada “tese do século”, não há jogo ganho. Os advogados sabem que o julgamento da modulação do terço de férias não será fácil para as empresas.

Essa discussão foi incluída no Plenário Virtual no começo de abril. Estava em cinco a quatro, a favor do contribuinte, quando o presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, apresentou um pedido de destaque. Quando isso acontece, o caso é deslocado para julgamento presencial e volta à estaca zero. Fica como se ninguém ainda tivesse proferido voto.

Fux agiu dessa forma para evitar questionamentos - inclusive de colegas do STF - sobre o quórum necessário para a modulação de efeitos: se seis ou oito votos. Essa situação causou surpresa. Advogados davam como certa a possibilidade de modulação, nesse caso, com seis votos. Isso por conta de uma decisão do dia 18 de dezembro de 2019.

Os ministros decidiram, por meio de uma questão de ordem, que nos recursos extraordinários em que não se declara a inconstitucionalidade de um ato normativo, ou seja, a decisão serve somente para uniformizar o entendimento sobre o tema, a modulação pode ser aplicada por maioria simples - seis votos.

Essa decisão reduziu o quórum que era utilizado até então. Aplicava-se, antes, a regra das ações diretas de inconstitucionalidade, que exige a aprovação por dois terços (oito votos).

Os ministros levaram em conta, para fazer essa diferenciação, o artigo 927, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil (CPC). Essa norma prevê a modulação de efeitos nas hipóteses de alteração de jurisprudência dominante nos tribunais superiores e não cita a necessidade de quórum qualificado.

Ao **Valor**, o STF respondeu que aquele caso de 2019 era muito específico. Havia dois ministros impedidos - Fux e Luís Roberto Barroso. Significa, portanto, que essa questão ainda está em aberto na Corte.

Se os ministros decidirem que valem oito votos e todos os que se posicionaram no Plenário Virtual repetirem o mesmo entendimento no julgamento presencial, o contribuinte perderá a disputa. Havia cinco votos pela modulação e só dois ministros, Fux e Nunes Marques, não tinham ainda se manifestado.

Alguns dos ministros que votaram contra argumentaram, principalmente, que o STF não modula decisões que declararam leis constitucionais - só as inconstitucionais. Essa justificativa coloca em lados opostos os dois julgamentos. Só no da exclusão do ICMS houve declaração de inconstitucionalidade.

Para Teresa Arruda Alvim, sócia do escritório Arruda Alvim, Aragão, Lins & Sato Advogados, trata-se de um argumento "equivocado". "O Código de 2015 ampliou a possibilidade do uso da modulação de efeitos. Passou a ser permitida quando há mudança de orientação do tribunal. Consta no artigo 927."

Em nota, a PGFN afirma que existem diferenças entre as discussões. É importante destacar, diz, que ao julgar o terço de férias (Tema 985 de repercussão geral), "o STF consagrou entendimento da própria Corte extraído do Tema 20 (RE 565160)" - que tratava da tributação sobre ganhos habituais do empregado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS



Por Pedro Cafardo

É ex-editor-executivo do Valor e integrou a equipe que fundo... [ver mais](#)

Uma visão não neoliberal para a fase pós-pandemia

Para economista, país tem que pensar no longo prazo, inclusive do ponto de vista sanitário

25/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O neoliberalismo está morto? Qual seria a política econômica mais adequada para o Brasil na pós-pandemia?

Claro que os neoliberais respondem “não” à primeira pergunta. À segunda sugerem continuar com as reformas para reduzir a interferência do Estado na economia e a

manutenção da austeridade fiscal, condição essencial para que os agentes econômicos tomem decisões de investir no país e, com isso, promover desenvolvimento.

Sabemos de cor essa receita, dominante no país. Por isso, o articulista fez as duas perguntas e outras cinco a uma respeitada economista da academia, não ligada ao mercado financeiro, Rosa Maria Marques, professora titular da PUC de São Paulo.

Para Rosa Marques, o neoliberalismo não está morto

“Não, o neoliberalismo não está morto de forma alguma”, respondeu a economista. “O fato de diferentes governos, independentemente de seu viés político e ideológico, terem aumentado o gasto público durante a pandemia e terem se preocupado em manter a liquidez não implica o sepultamento. O momento da pandemia e seu impacto na atividade exigiram que governos assim procedessem. Na crise de 2007/2008, não foi diferente. Não há como enterrar o neoliberalismo e, ao mesmo tempo, manter a total dominância do chamado capital financeiro na determinação das relações econômicas e sociais.”

Sobre a política econômica pós-covid, Rosa Marques observa: “A pandemia, além de ter aumentado o número de brasileiros em situação de pobreza extrema, destruiu emprego formal e informal, fechou pequenas e médias empresas e afetou de maneira desigual as cadeias produtivas. Não há como desconsiderar a necessidade de apoiar os segmentos que foram mais afetados enquanto as marcas da pandemia estiverem presentes. É claro que a política econômica não deveria se restringir a isso. É preciso pensar no longo prazo, inclusive do ponto de vista sanitário, dado que nada nos assegura que essa será a última pandemia que vai provocar tal nível de letalidade, exigindo a paralisação das atividades socioeconômicas. A extrema dependência do país à especialização da China e da Índia revela quão importante seria investir na recuperação da capacidade do país em pesquisa, desenvolvimento e na fabricação na área da saúde”.

Valor: *Dani Rodrik escreveu que a resposta certa para qualquer política econômica é “depende”. Disse que há um tempo para a expansão fiscal e outro para a contenção. Que há um momento para o governo intervir nas cadeias de abastecimento e outro para deixar os mercados à sua própria sorte. Que às vezes os impostos deveriam ser baixos, às vezes, altos. Que o comércio deveria ser mais livre em algumas áreas e regulamentado em outras. Concorda com esse raciocínio? Qual momento é o atual para o Brasil?*

Rosa Marques: Esse “depende” está relacionado ao momento do ciclo econômico. A leitura tem como fundamento Keynes, que propunha a intervenção do Estado para fazer frente ao ciclo decorrente da instabilidade do investimento. Esse “depende” atesta que economia não é uma ciência exata, e sim social, de modo que não há verdades incontestes nesse campo. A adoção de políticas e “verdades” tão opostas em momentos diferentes do capitalismo no século XX e neste início do século XXI indica que são os interesses que ditam seu reconhecimento, a depender de como as forças sociais atuem. Esses interesses, que podem se expressar no plano nacional, são relativos aos grandes grupos oligopolizados no plano mundial, que atuam na esfera produtiva, comercial e financeira.

Valor: *As reformas que vêm sendo feitas no Brasil nos últimos quatro anos foram corretas? Teto de gastos, por exemplo, não trava o crescimento?*

Rosa Marques: O que foi feito no Brasil não tem paralelo no mundo. Em nenhum lugar congelou-se o gasto fiscal por tanto tempo [revisão em dez anos]; em nenhum lugar foram considerados os gastos sociais como objeto de congelamento e excluídos os serviços da dívida pública; em nenhum lugar inscreveu-se o regime fiscal na Constituição do país. A EC 95, ao congelar o gasto, abriu a temporada de

guerra entre os ministérios e programas. Em quatro anos, o efeito destrutivo desse congelamento está escancarado: desfinanciamento do SUS, sucateamento do ensino público, especialmente das universidades e institutos de pesquisa, entre outras áreas tão importantes quanto essas. E o investimento público vai ladeira abaixo. Estamos vendo a franca destruição do Estado brasileiro. E, sem ele, não há como desenvolver o país. A presença indutora do Estado é condição absolutamente necessária.

Valor: *Qual deveria ser a linha da reforma tributária, sobre a qual parece haver consenso?*

Rosa Marques: Destaco quatro aspectos, todos há muito defendidos por vários setores da sociedade: tornar o sistema mais progressivo, isto é, desonerar as famílias, reduzindo o imposto sobre o consumo e instituindo maior progressividade no Imposto de Renda; taxar grandes fortunas; taxar lucros e dividendos; e revisar isenções existentes, que são renúncias fiscais. Curiosamente, a taxaço de grandes fortunas, que era uma proposta vista como radical, própria de uma “esquerda irresponsável”, hoje está sendo encaminhada por governos sobre os quais não paira dúvida a respeito de sua “seriedade”.

Valor: *A desidratação dos bancos públicos, especialmente do BNDES, é positiva para a economia?*

Rosa Marques: A existência do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES foi fundamental na história do país. É preciso restituir sua capacidade de apoiar e de fomentar as atividades econômicas, da pequena à grande empresa. Para que isso ocorra, seria necessário pensar que o Estado tem um papel a cumprir para que o país se desenvolva. Mas esse pressuposto e, portanto, a manutenção do papel histórico dessas instituições contrariam o pensamento da atual equipe econômica do governo.

Valor: *Como avalia o desempenho do Banco Central nos últimos cinco anos e a decisão de dar “independência” à autoridade monetária?*

Rosa Marques: Pergunto-me se, na prática, já não era independente, isto é, se já não funcionava apenas sancionando a tendência expressa pelo chamado

“mercado”. Isso é indicativo da dificuldade de se fazer política monetária quando o capital financeiro se impõe poderoso, dado que lhe foi concedida liberdade quase total para entrar e sair de suas posições, inclusive dos países nos quais estejam realizando suas aplicações.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Transforme ideias em lucro

IBM ECOSYSTEMS

LINK PATROCINADO

Dê o primeiro passo para ter a sua casa própria

CONSÓRCIO ITAÚ

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Conexão em tempo real com a máxima eficiência

MERCEDES-BENZ UPTIME

LINK PATROCINADO

Promoção NÃO PERCA O FRETADO!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em dezembro

MERCEDES-BENZ VANS

 **COMENTÁRIOS**